

Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e
relatório dos auditores
independentes**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Balanços patrimoniais	16
Demonstrações de resultados	21
Demonstrações de resultados abrangentes	22
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	23
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	24
Demonstrações do valor adicionado	25
Notas explicativas às demonstrações financeiras	26

**RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO
2018**

Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.

VITTIA
GRUPO

AOS ACIONISTAS

Relatório da administração

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração do Grupo Vittia apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas preparadas de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações financeiras findas de 31 de dezembro de 2018.

Adoções dos CPCs

a): CPC 17 / IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes

Desde 1º de janeiro de 2019, o Grupo aplicou os CPC 17 / IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes, que estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. O efeito da aplicação inicial dessas normas é atribuído principalmente: Reclassificação dos gastos com fretes para a rubrica de custo do produto vendido.

b): CPC 48 / IFRS 09 – Instrumentos financeiros

Desde 1º de janeiro de 2019, o Grupo aplicou os CPC 48 / IFRS 09 – Instrumentos financeiros, que determinadas definições foram feitas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da aplicação inicial: i) determinação do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido; ii) a designação e revogação de designações anteriores de certos ativos e passivos financeiros como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Mais informações relacionadas à adoção dessa norma, efeitos de reclassificação e no resultado estão incluídas na Nota Explicativa 8 (a e b) das Demonstrações Financeiras.

Mensagem da administração

O Grupo Vittia, Companhia brasileira de biotecnologia e insumos agrícolas, está presente há 50 anos no país com a missão de permitir aos produtores, ganhos de rentabilidade por área e melhoria para a sociedade de um modo geral, entregando excelência em produtos e serviços para a agricultura. Sempre expandindo sua atuação a favor do agronegócio por meio de pesquisa, tecnologia e desenvolvimento.

O Grupo possui seis unidades industriais, sendo quatro localizadas na região de Ribeirão Preto, interior paulista, uma na região de Campinas e outra em Uberaba, estado de Minas Gerais. Comprometido com os princípios da sustentabilidade, o Grupo visa criar valor por meio da inovação e ampliação de negócios estratégicos no mercado.

Durante o exercício, obtivemos resultados relevantes, que somados às conquistas e estratégias dos anos anteriores, reafirmam nossos objetivos de sermos um Grupo consolidado e eficiente em soluções agrícolas e industriais, com foco nas nossas principais linhas de produtos:

- Fertilizantes Foliares;
- Micros de Solo;
- Defensivos Biológicos;
- Inoculantes;
- Condicionadores de Solo e Organominerais; e
- Produtos Industriais e Outros.

Finalizamos o exercício com uma receita operacional líquida de R\$ 452,3 milhões. Estamos satisfeitos com os resultados alcançados em 2018, bem como o aumento das nossas margens brutas de 32,6% em 2017 para 34,3% para 2018. Nosso EBITDA ajustado aumentou substancialmente frente à 2018, representando 18,0% em relação à receita líquida. Nosso lucro líquido do exercício somou R\$ 44,1 milhões, com crescimento de 35%, frente ao exercício de 2017.

Colhemos bons frutos com foco em crescimento operacional, aumento de produtividade e crescimento nas linhas de maior rentabilidade, que como consequência nos proporcionou o aumento de nossas margens e resultados.

Nosso agradecimento a todos aqueles que contribuem para o alcance dos objetivos do Grupo, incluindo nossos clientes, profissionais, colaboradores, parceiros, fornecedores, órgãos reguladores e aos acionistas.

Nossos negócios

O Grupo atua em quatro divisões de produtos, que são seus segmentos reportáveis. Estas divisões possuem uma administração centralizada, sendo compostas pelo mesmo centro administrativo, incluindo Diretoria, Conselhos, sistema operacional, tecnologia, entre outros.

Destaques operacionais

- Reorganização societária i): transformação de sociedade limitada em sociedade anônima, a companhia teve sua denominação social alterada para Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.; ii): Incorporação da Granorte Fertilizantes Ltda. pela Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.; e iii): Vittia Participações S.A. pela Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A. e reestruturação é parte da estratégia de crescimento do Grupo, melhor sinergia, redução de custos e aumentar sua participação no fornecimento destes insumos e se consolidar como referência no setor;

- Investimentos em ativo imobilizado e intangível na ordem de R\$ 15,4 milhões, representando um aumento de 97% em relação ao ano anterior;
- Aumento na receita operacional líquida na ordem de 76,1 milhões, representando 20% em relação ao ano anterior;
- Aumento no contas a receber na ordem de R\$ 40,2 milhões, representando 24% em relação ao ano anterior;
- Aumento da margem bruta de 5 p.p. em relação ao ano anterior;
- Aumento no EBITDA de 12 p.p. em relação ao ano anterior;
- Melhora no índice de liquidez corrente, aumentando sua capacidade de pagamentos em 6%, em relação ao ano anterior;
- Lucro líquido de R\$ 44,2 milhões, representando um aumento de 35% em relação ao ano anterior, com aumento da margem líquida na ordem de 12%.

Desempenho financeiro

A administração do Grupo apresenta abaixo os resultados da Companhia e suas controladas referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, reportando aumento de seu resultado quando comparado ao mesmo exercício, em razão de crescimento do seu lucro líquido.

Os resultados são apresentados de forma consolidada.

ROE (Return on Equity)

O Grupo apresentou um ROE de 26% em 31 de dezembro de 2018 contra 24% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo um crescimento de 9%, conforme demonstramos:

Em milhares de R\$, exceto %	2018	2017	Varição 2018 x 2017
Patrimônio líquido	170.372	137.203	24%
Lucro líquido do exercício	44.152	32.699	35%
ROE (i)	26%	24%	9%

(i) ROE: O ROE (Return on Equity) é o lucro líquido dividido pelo Patrimônio Líquido médio da Companhia e suas controladas (calculado pela média entre o Patrimônio Líquido do exercício com o Patrimônio Líquido do exercício imediatamente anterior); é uma medição não contábil segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e aceitas pelo IFRS.

Margem bruta

Neste exercício nossas margens brutas aumentaram em 5% e a receita operacional líquida aumentou em 20%, e nosso contas a receber, passou de R\$ 165,3 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 205,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, aumentou em 24%. Abaixo estão nossos principais indicadores, que julgamos importante divulgar e que corroboram as variações em relação aos exercícios comparativos.

Em milhares de R\$, exceto %	2018	2017	Varição 2018 x 2017
Receita operacional líquida	452.289	376.147	20%
Lucro bruto	155.020	122.477	27%
Margem bruta	34,3%	32,6%	5%
(+) Encargos financeiros	14.131	18.510	-24%
Lucro bruto ajustado (i)	169.151	140.987	20%
Margem bruta ajustada	37,4%	37,5%	0%

(i) O Lucro bruto ajustado é uma medida não contábil utilizada pela Companhia, que é calculado através do Lucro bruto da Companhia adicionado dos custos financeiros dos empréstimos e financiamentos à produção. Adicionalmente, a Margem Bruta ajustada é calculada pela divisão entre o Lucro bruto ajustado e a Receita operacional líquida.

EBITDA

Conseguimos aumentar nossas margens EBITDA em linha quando comparamos com o ano anterior. Em 2018 alcançamos R\$ 81,4 milhões em 31 de dezembro 2018 do EBITDA ajustado. A margem EBITDA ajustada passou a ser 18,0%, representando aumento de 9 p.p. em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Em milhares de R\$, exceto %	2018	2017	Varição 2018 x 2017
Lucro líquido do exercício	44.152	32.699	35%
(+) Imposto de renda e contribuição social	18.279	12.963	41%
(+) Resultado financeiro, líquido	6.113	4.660	31%
(+) Depreciação e amortização	3.501	3.342	5%
EBITDA (i)	72.045	53.665	34%
Margem EBITDA (i)	16%	14%	12%
(+) Ajustes a valor presente - AVP	9.330	8.667	8%
EBITDA ajustado (ii)	81.375	62.332	31%
Margem EBITDA ajustado (ii)	18,0%	16,6%	9%
Receita operacional líquida	452.289	376.147	20%

(i): O EBITDA (Earnings before interest, taxes, depreciation) ou LAJIDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527"), conciliada com suas demonstrações financeiras, e consiste no lucro líquido acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas de imposto de renda e contribuição social, e pelas despesas e custos de depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

(ii) O EBITDA ajustado é uma medição não contábil segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e aceitas pelo IFRS. O EBITDA ajustado é calculado através do EBITDA adicionado dos valores do ajuste a valor presente do contas a receber. Adicionalmente, a Margem EBITDA ajustada é calculada pela divisão entre o EBITDA ajustado e a receita líquida. A margem EBITDA ajustado é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

Investimentos

Os investimentos em CAPEX atingiram R\$ 15,4 em 2018, representando um aumento de 97% em relação ao ano anterior, e em linha com o plano estratégico da Companhia em aumentar a produção. O aumento se deve, principalmente na aquisição de investimentos em ativo imobilizado, tais como maquinas e equipamentos, moveis e utensílios e imobilizados em andamento.

Receita líquida

As receitas do Grupo correspondem substancialmente as linhas de produtos, reportados como segmentos operacionais, tais como:

- Fertilizantes foliares e Produtos Industriais;
- Micros de Solo;
- Condicionadores de Solo e Organominerais; e
- Produtos Biológicos

No exercício a receita teve aumento de 20% em relação ao ano anterior, em todos os seguimentos houve aumento nas vendas. Esse aumento faz parte das ações estratégicas da Companhia de focar as vendas.

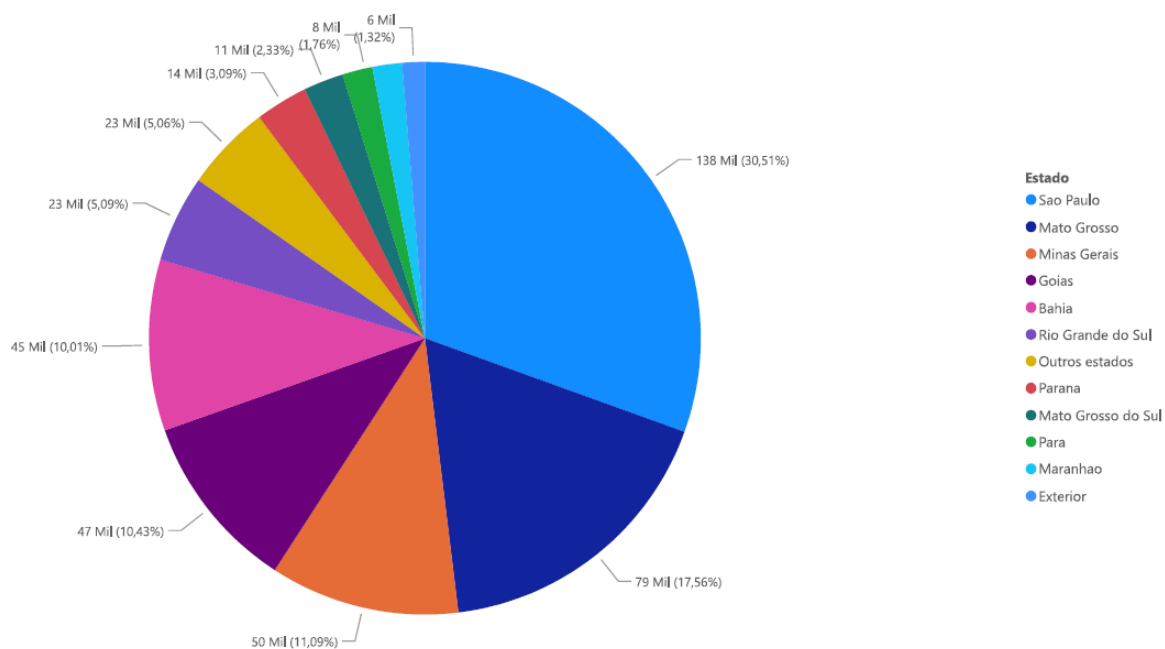
Em R\$ milhares	2018	2017	Varição 2018 x 2017
Receita líquida	452.289	376.147	20%
Custo	297.269	253.670	17%
Custo em relação a receita líquida	66%	67%	-3%
Despesas operacionais	86.476	72.155	20%
EBITDA	81.375	62.333	31%
Margem EBITDA	17,99%	16,57%	9%
Lucro líquido	44.152	32.699	35%
Margem líquida	9,8%	8,7%	12%

a. Receita por distribuição geográfica – Brasil e Exterior

Conforme demonstração gráfica, nossa receita está distribuída em nossa linha de produtos e sendo comercializadas com presença relevante em 11 estados e no exterior, conforme demostramos abaixo:

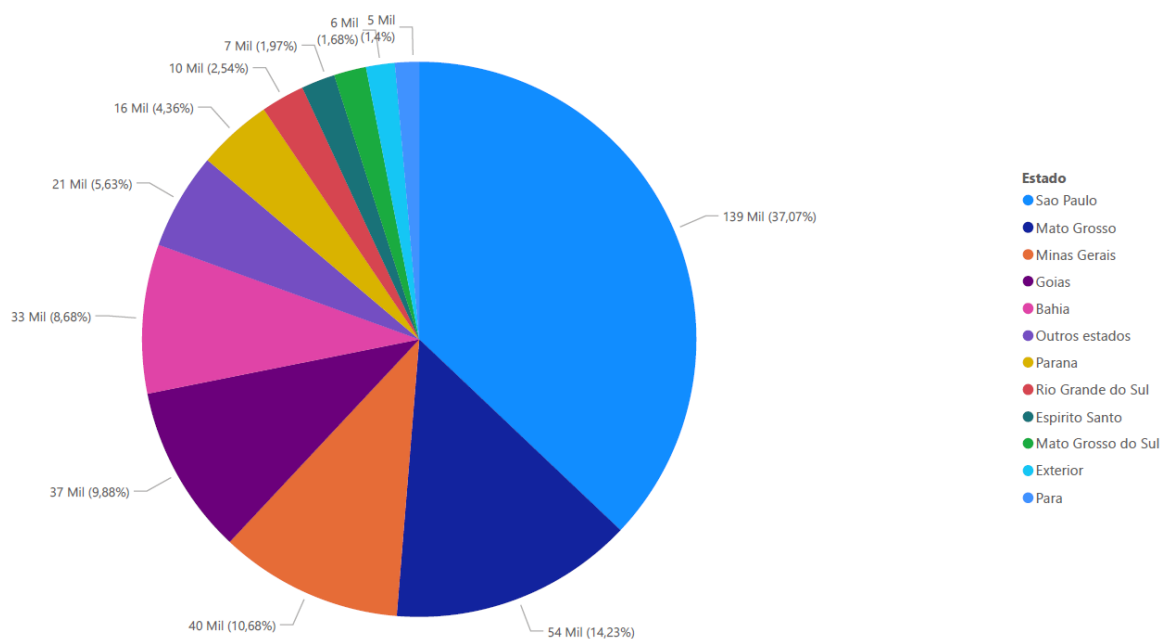
Em 31 de dezembro de 2018

Receita líquida por estado



Em 31 de dezembro de 2017

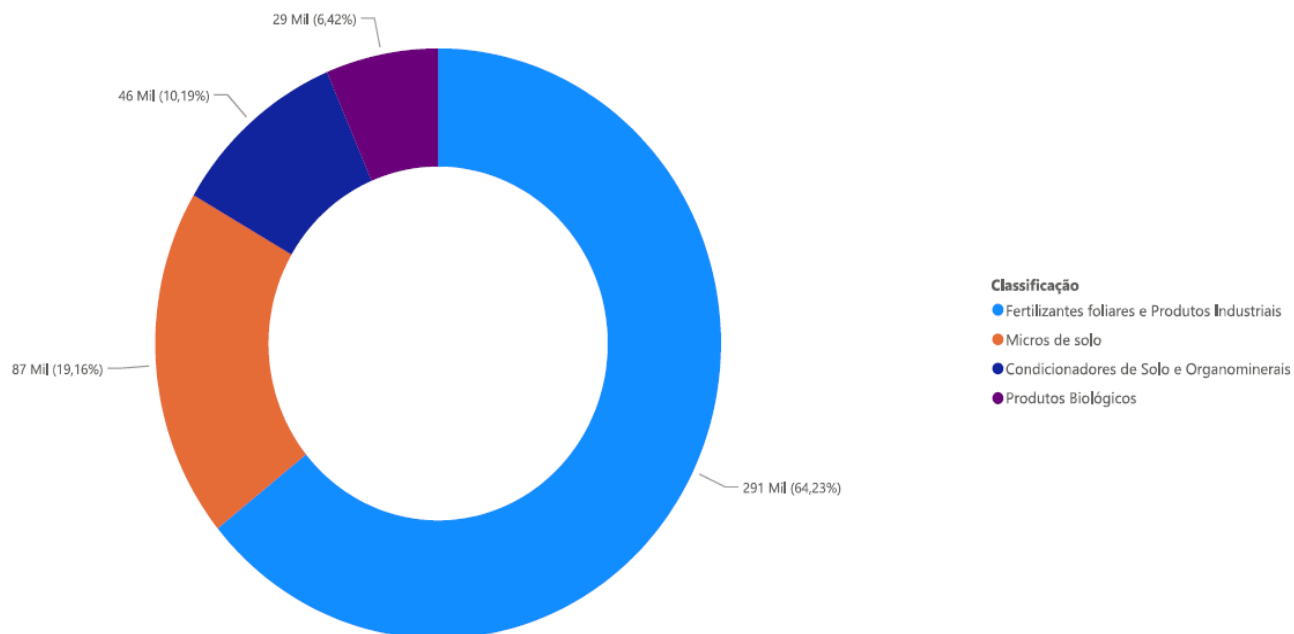
Receita líquida por estado



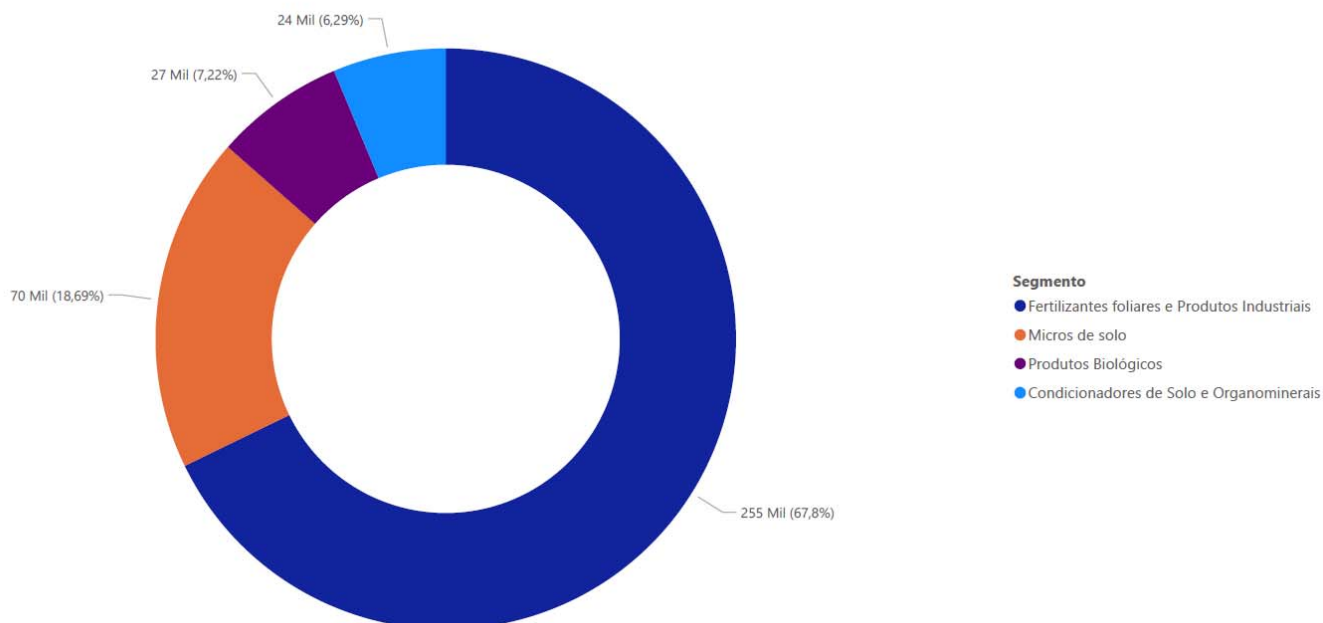
b. Receita líquida por segmento

Conforme demonstração gráfica, nossa receita está distribuída e classificada em 4 linhas de produtos, conforme demonstramos abaixo:

Em 31 de dezembro de 2018

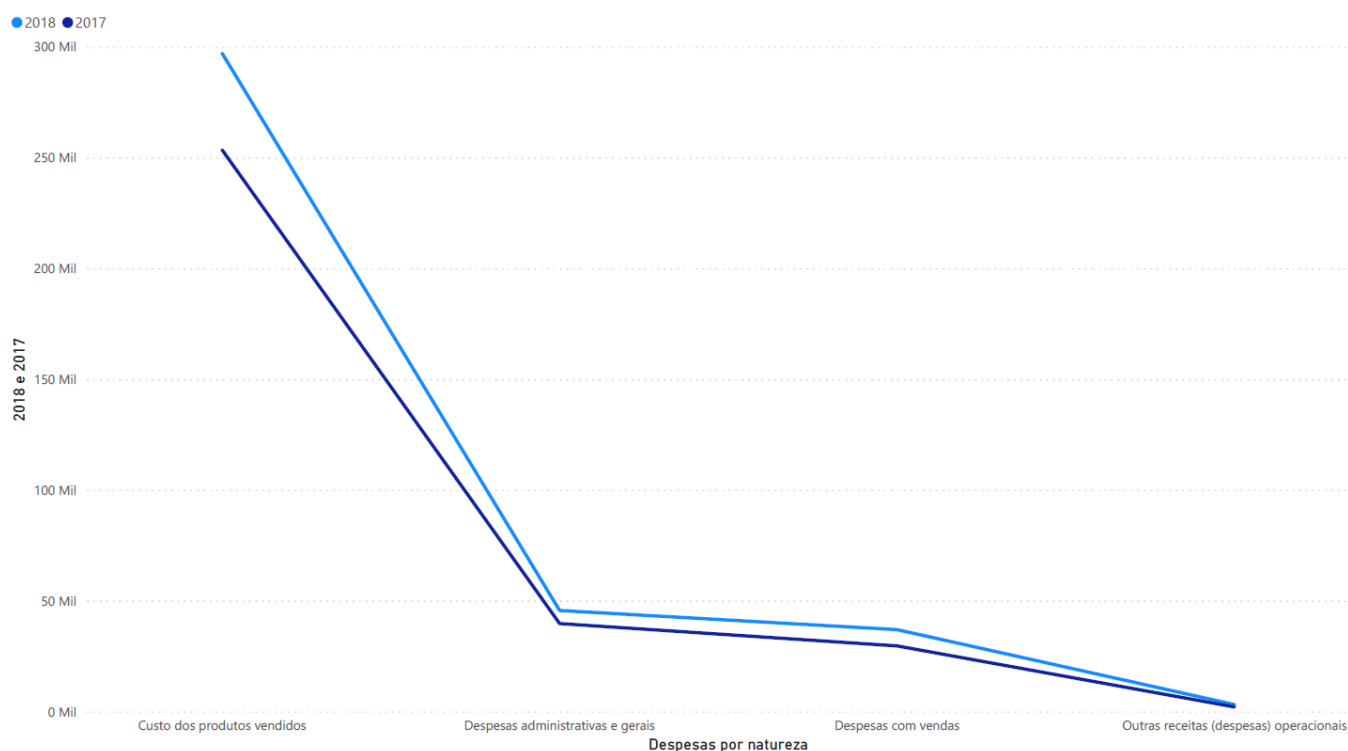


Em 31 de dezembro de 2017



Custos e despesas operacionais

a): Despesas por natureza



b): Análise dos custos e despesas em relação a receita operacional

Em milhares de R\$, exceto %	2018	2017	Varição 2018 x 2017
Receita operacional líquida	452.289	376.147	20%
Custo das vendas	297.269	253.670	17%
% da receita líquida	65,73%	67,44%	-3%
Despesas com vendas	37.215	29.875	25%
% da receita líquida	8,23%	7,94%	4%
Outras despesas operacionais	49.261	42.280	17%
% da receita líquida	10,89%	11,24%	-3%

Durante o exercício de 2018, o Grupo reduziu em 3 p.p a relação do custo das vendas sobre a receita líquida em virtude do foco nas linhas de maior rentabilidade e otimização dos gastos gerais de fabricação. Em relação às despesas com vendas tivemos um acréscimo de 4 p.p. em relação ao ano anterior, fato justificado pela redução da provisão para perdas de crédito esperadas na ordem de R\$ 6,9 milhões em 2017, sem tal valor a linha apresentaria diminuição de 16 p.p. em relação à receita líquida. Nossas despesas operacionais somaram volume 3% inferior em relação ao exercício comparativo, fato positivo pois tais valores representam gastos fixos sem relação direta com o volume da receita líquida.

Endividamento líquido

O Grupo possui acesso à linhas de crédito diferenciadas de instituições financeiras e órgãos de fomento. O Grupo aumentou em 28% a dívida bruta com crescimento de 36% da dívida líquida. A eficiência na gestão da tesouraria é evidenciada pelo aumento de 6 p.p do índice de liquidez corrente em relação ano anterior. Isso demonstra a capacidade do Grupo em controlar seu endividamento não comprometendo sua capacidade de pagamentos dentro do passivo circulante.

Em R\$ milhões	2018	2017	Varição 2018 x 2017
Empréstimos e Financiamentos			
Circulante	98.309	79.818	23%
Não circulante	52.645	37.748	39%
Endividamento bruto	150.954	117.567	28%
Dividendos a pagar	11.213	7.157	57%
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	18.415	19.291	-5%
Dívida líquida	143.752	105.433	36%
EBITDA da operação	81.375	62.333	31%
Dívida líquida/EBITDA da operação	1,77	1,69	4%

Em milhares de R\$, exceto %	2018	2017	Varição 2018 x 2017
Empréstimos e financiamentos (circulante)	98.309	79.818	23%
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	52.645	37.748	39%
Dívida bruta	150.954	117.567	28%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(18.415)	(19.291)	-5%
Dívida líquida (i)	132.539	98.276	35%

(i) Dívida líquida: A Dívida líquida equivale à dívida bruta (soma de empréstimos e financiamentos circulante e não circulante), deduzidos de Caixa e equivalentes (circulante).

Em milhares de R\$, exceto %	2018	2017	Varição 2018 x 2017
Ativo circulante	317.286	254.384	25%
Passivo circulante	183.235	155.257	18%
Índice de liquidez positivo em R\$	134.051	99.127	35%
Índice de liquidez corrente (ii)	1,73	1,64	6%

(ii) Índice de liquidez corrente: Ativo circulante dividido pelo Passivo circulante (AC / PC)

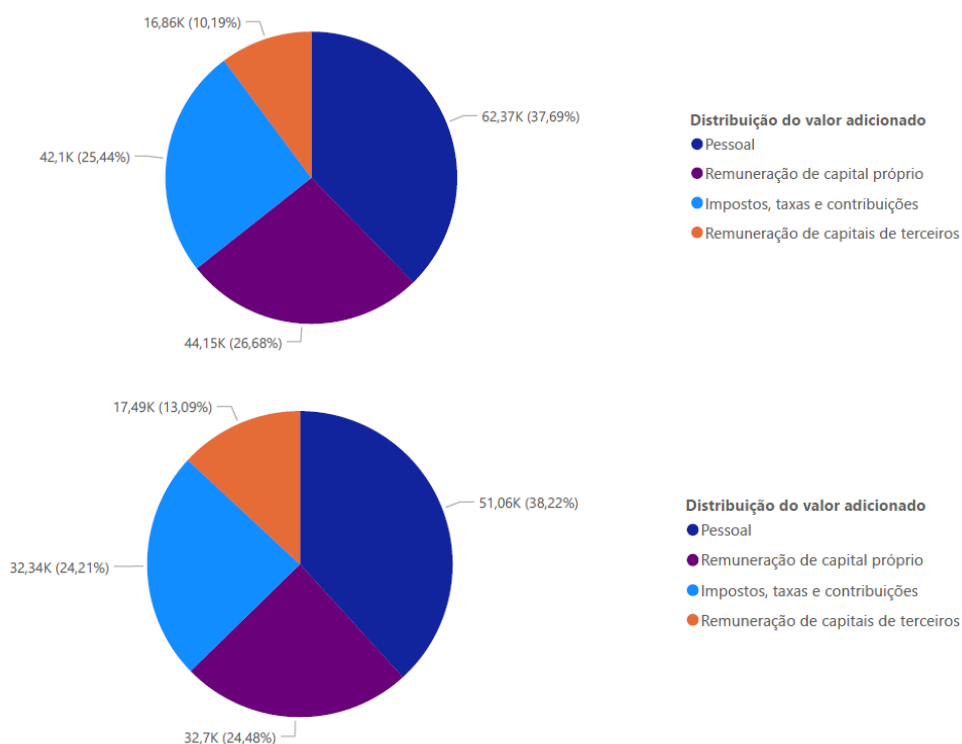
Demonstrações de valor adicionado – DVA

Em R\$ milhões	2018	2017	Varição 2018 x 2017
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	485.402	396.084	20%
Insumos adquiridos de terceiros	(326.902)	(270.243)	14%
Valor adicionado bruto	158.500	125.840	38%
Depreciação e amortização	(4.323)	(4.020)	2%

Valor adicionado produzido pela Companhia	154.177	121.820	39%
Receitas financeiras e outras	11.302	12.833	-49%
Valor total a distribuir	165.479	134.653	19%

Distribuição do valor adicionado

Pessoal	62.365	51.057	13%
Impostos, taxas e contribuições	42.100	32.345	59%
Remuneração de capital de terceiros	16.861	18.553	-38%
Remuneração de capital de próprio	44.152	32.699	92%



165,5K
2018

133,6K
2017

Considerando as atividades operacionais, a Companhia produziu o valor adicionado de R\$ 165,5 milhões distribuídos no decorrer do exercício 2018, o que representa taxa de agregação de valor de 34% sobre a receita bruta. Isso indica que, de cada R\$ 1,00 recebido pelo Grupo em função de suas atividades de 2018, R\$ 0,34 foi distribuído na sociedade, entre os funcionários (na forma de salários, benefícios e FGTS), às instâncias municipal, estadual e federal do governo (na forma de impostos, taxas e contribuições), terceiros (na forma de juros) e os acionistas (na forma de dividendos e lucros retidos no Grupo) e a diferença foi utilizada no desenvolvimento das atividades operacionais do Grupo.

Recursos humanos

Em 31 de dezembro de 2018, considerando os empregados das nossas empresas, contávamos com 678 funcionários (603 em dezembro de 2017). Todos os nossos empregados, inclusive os trabalhadores

temporários são contratados diretamente pela Companhia em regime CLT. A Companhia mantém relacionamentos harmoniosos com Sindicatos de Trabalhadores que representam seus empregados. Os acordos e convenções coletivas das quais fazemos parte ou negociamos diretamente têm, de uma forma geral, duração de 12 meses. A Companhia preza pelo cumprimento da legislação trabalhista aplicável e das condições acordadas nos instrumentos coletivos celebrados com os sindicatos, aplicando-as igualmente aos empregados sindicalizados e não-sindicalizados.

Oferecemos aos nossos empregados, incluindo nossos executivos, pacote de benefícios que incluem assistência médica, hospitalar, cesta alimentar ou vale-alimentação, seguro de vida em grupo, previdência privada, dentre outros, aplicáveis aos seus diferentes públicos internos. Todos os nossos empregados fazem jus aos programas de participação nos resultados, customizados por área de atuação e desenvolvidos de acordo com a legislação aplicável, com a participação de comissões de trabalhadores e representantes dos sindicatos profissionais, cuja remuneração é baseada no atingimento de metas e desempenho operacional. Os membros do nosso Conselho de Administração não têm direito a esses benefícios. A Companhia vem estruturando bases para um sólido plano de carreira e sucessão na Companhia, além da continuidade dos programas de avaliação de desempenho, baseado no modelo de meritocracia.

Governança Corporativa

A Companhia pauta seu relacionamento com os seus *stakeholders* sob os princípios da transparência, equidade, qualidade da prestação de contas e responsabilidade corporativa. Para garantir a transparência da gestão e dos negócios a Companhia conta com uma política de divulgação de informações, de forma a garantir que os dados para o mercado sejam apresentados de forma ampla, transparente e homogênea e consistente. A Companhia mantém procedimentos robustos de controles internos, tendo se adequadado de forma objetiva às necessidades pautadas pelos seus princípios de Governança Corporativa. Em linha com as melhores práticas de governança, a Companhia possui comitês para apoiar o monitoramento e as deliberações do seu Conselho de Administração, tais como: Comitê Financeiro e Comitê de Sustentabilidade.

Política de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A Companhia segue a Lei das S.A. para fins de distribuição de dividendos e tem previsto em seu estatuto social o pagamento a título de dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ao final do exercício social em 31 de dezembro, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Os montantes distribuídos e pagos de dividendos e juros sobre o capital próprios estão explícitos nas demonstrações dos fluxos de caixa, demonstrações das mutações do patrimônio líquido e nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25, parágrafo 1º, inciso 6º da Instrução CVM 480/09, os Diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as informações contidas nas demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25, parágrafo 1º, inciso 5º da Instrução CVM 480/09, os Diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordaram com a opinião expressa no relatório dos auditores da KPMG Auditores Independentes, emitido em 16 de novembro de 2020 relativo às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM 381/03, informamos que os auditores independentes da KPMG Auditores Independentes não prestaram durante os exercícios findo em 31 de dezembro de 2018 outros serviços que não os relacionados com a auditoria externa. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; b) não exercer funções gerenciais; e c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.

São Joaquim da Barra – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 09 de abril de 2019 emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as Demonstrações Financeiras da Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que ora estão sendo reemitidas. Conforme descrito na nota explicativa nº 4, essas

Demonstrações Financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir uma base de preparação de acordo com a Lei nº 6.404, de 1976 e as normas da CVM descrita na referida nota explicativa. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes – Controladora e Consolidado

Ver notas explicativas nº 9.j, 12 e 31 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia e suas controladas revisam periodicamente sua posição de contas a receber com o objetivo de mensurar o montante de provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber. A determinação dos níveis adequados da provisão para perdas de crédito esperadas exige que a Companhia e suas controladas exerçam julgamentos significativos relacionados às incertezas no ambiente macroeconômico, aos fatores climáticos, características das garantias e ao histórico do risco de ocorrência de inadimplência para operações originadas pela venda de produtos, que impactam a estimativa das perdas de crédito esperadas. Em função do elevado volume de transações de venda de produtos, do montante de contas a receber em aberto, juntamente com os requerimentos da CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros e ao impacto que eventuais alterações nos julgamentos realizados na estimativa das perdas de crédito esperadas poderiam ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e no valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse tema um assunto significativo para a auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho dos controles internos chaves para a apuração da provisão para perdas de crédito esperadas e o entendimento com responsáveis da administração acerca dos principais critérios envolvidos na elaboração das premissas da estimativa do valor recuperável das contas a receber.</p> <p>Realizamos testes de integridade da base de dados utilizada para mensuração e registro da provisão para perdas de crédito esperadas por meio do exame documental para uma amostra selecionada. Analisamos, em base amostral, as premissas do modelo utilizado para mensurar a provisão para perdas de crédito esperadas, incluindo a avaliação do ambiente macroeconômico, fatores climáticos, características das garantias e a análise da capacidade financeira de pagamento dos clientes. Adicionalmente, realizamos testes na base histórica usada para determinar os percentuais históricos de perda que foram considerados no cálculo da provisão. Além disso, fizemos o recálculo matemático dos índices de inadimplência e o confronto entre os valores apurados de provisão e os valores contabilizados. Adicionalmente, avaliamos também as divulgações efetuadas pela Companhia e suas controladas.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis a provisão para perdas de crédito esperadas e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as

decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 16 de novembro de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Fernando Rogerio Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2

Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Controladora		Consolidado		
		2018	2017	2018	2017		2018	2017	2018	2017	
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	11	17.286	14.890	18.415	19.291	Fornecedores	20	33.002	27.848	31.610	33.018
Instrumentos financeiros derivativos	31	2.792	1.042	2.845	1.042	Empréstimos e financiamentos	21	89.981	74.505	98.309	79.818
Contas a receber de clientes	12	191.843	153.147	205.542	165.325	Instrumentos financeiros derivativos	31	1.868	1.075	3.056	1.075
Estoques	13	80.136	44.295	81.002	56.214	Salários e encargos sociais	22	9.248	6.236	9.780	7.059
Impostos a recuperar	14	4.077	1.812	4.107	2.115	Impostos e contribuições a recolher	23	2.141	1.726	2.353	1.913
Ativo fiscal corrente		1.196	624	1.195	963	Passivo fiscal corrente		3.772	1.544	4.164	2.287
Adiantamentos a fornecedores		2.633	6.786	2.728	7.310	Adiantamentos de clientes	25	6.379	7.965	6.426	8.316
Outros créditos	15	1.267	1.448	1.451	2.123	Dividendos a distribuir e juros sobre capital próprio	27	11.041	105	11.213	7.157
Total do ativo circulante		301.230	224.044	317.285	254.383	Outras contas a pagar	20	15.480	13.176	16.324	14.614
Impostos a recuperar	14	7.550	6.347	7.595	6.510	Total do passivo circulante		172.912	134.180	183.235	155.257
Ativo fiscal diferido	16	4.654	4.087	4.654	5.438	Não circulante					
Outros créditos	15	1.498	707	1.498	1.404	Empréstimos e financiamentos	21	52.645	36.802	52.645	37.748
Total do realizável a longo prazo		13.702	11.141	13.747	13.352	Impostos e contribuições a recolher	23	1.190	1.911	1.190	1.911
Investimentos	17	19.318	13.926	20	20	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	26	2.483	1.375	2.483	1.614
Imobilizado	18	63.830	46.912	68.878	55.916	Total do passivo não circulante		56.318	40.088	56.318	41.273
Intangível	19	240	200	9.995	10.062	Patrimônio líquido	27				
Total do ativo não circulante		97.090	72.179	92.640	79.350	Capital social		134.216	98.622	134.216	92.454
						Ajustes de avaliação patrimonial		1.797	-	1.797	-
						Reserva de lucros		31.512	-	31.512	3.592
						Reserva legal		1.565	23.333	1.565	40.682
						Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		169.090	121.955	169.090	136.728
						Participação de não controladores		-	-	1.282	475
						Total do patrimônio líquido		169.090	121.955	170.372	137.203
						Total do passivo		229.230	174.268	239.553	196.530
Total do ativo		398.320	296.223	409.925	333.733	Total do passivo e patrimônio líquido		398.320	296.223	409.925	333.733

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	2018	2017	2018	2017	
Receita operacional líquida	28	359.938	310.369	452.289	376.147
Custo das vendas	29	(244.338)	(207.229)	(297.269)	(253.670)
Lucro bruto		115.600	103.140	155.020	122.477
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	29	(34.513)	(35.372)	(37.905)	(36.820)
Provisão para perdas de crédito esperadas	29	591	6.945	690	6.945
Despesas administrativas e gerais	29	(38.298)	(34.623)	(45.858)	(39.956)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	29	(1.060)	(2.467)	(3.403)	(2.324)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		42.321	37.624	68.544	50.322
Receitas financeiras		9.691	12.117	10.748	12.766
Despesas financeiras		(25.341)	(15.903)	(27.213)	(18.263)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos		10.123	837	10.352	837
Financeiras líquidas	30	(5.527)	(2.950)	(6.113)	(4.660)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	17	3.979	414	-	-
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		40.773	35.088	62.431	45.662
Imposto de renda e contribuição social	16	(9.412)	(6.808)	(17.495)	(9.475)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(364)	(3.991)	(784)	(3.488)
Resultado do exercício		30.996	24.289	44.152	32.699
Atribuível aos acionistas controladores		30.996	24.289	43.157	32.596
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	995	103
Resultado do exercício		30.996	24.289	44.152	32.699
Resultado por ação					
Resultado do exercício básico e diluído por ação	27 e			0,36	0,33

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Resultado do exercício	30.996	24.289	44.152	32.699
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	30.996	24.289	44.152	32.699
Atribuível aos acionistas controladores			43.157	32.596
Atribuível aos acionistas não controladores			995	103
Resultado abrangente total			44.152	32.699

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

		Capital social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva de lucros	Reserva legal	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2017	Nota	92.454	-	18.191	2.107	-	112.753	-	112.753
Distribuição de dividendos	27 c	-	-	(1.569)	-	-	(1.569)	-	(1.569)
Resultado do exercício		-	-	-	-	32.596	32.596	103	32.699
<i>Destinações do lucro:</i>									
Reserva legal	27 b	-	-	-	1.485	(1.485)	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	27 c	-	-	-	-	(7.052)	(7.052)	-	(7.052)
Reserva de lucros	27 b	-	-	24.059	-	(24.059)	-	-	-
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	372	372
Saldos em 31 de dezembro de 2017		92.454	-	40.682	3.592	-	136.728	475	137.203
Distribuição de dividendos	27 c	-	-	(13.406)	-	-	(13.406)	(188)	(13.594)
Efeito da reorganização societária - nota 3	3	41.762	1.797	(29.509)	(3.592)	-	10.458	-	10.458
Resultado do exercício		-	-	-	-	43.157	43.157	995	44.152
<i>Destinações do lucro:</i>									
Reserva legal	27 b	-	-	-	1.565	(1.565)	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	27 c	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	27 d	-	-	-	-	(7.847)	(7.847)	-	(7.847)
Reserva de lucros	27 b	-	-	33.746	-	(33.746)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		134.216	1.797	31.513	1.564	-	169.090	1.282	170.372

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado do exercício		30.996	24.289	44.152	32.699
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	29	3.622	3.287	3.501	3.342
Custo residual de ativo imobilizado vendido/baixado		272	450	272	746
Impostos correntes	16	9.412	6.808	17.495	9.475
Impostos diferidos	16	364	3.991	784	3.488
Resultado de equivalência patrimonial	17	(3.979)	(414)	-	-
Perda com distribuição desproporcional de lucros	17	749	-	3.837	-
Provisão para bônus	22	3.116	1.359	3.116	1.371
Provisão para comissões		166	1.108	875	1.501
Juros e variações monetárias de empréstimos e financiamentos	30	25.310	14.125	27.138	19.804
Variação de ajuste a valor presente		330	(1.386)	694	(1.281)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	29	(591)	(6.945)	(690)	(6.945)
Instrumentos financeiros derivativos	30	(10.123)	(837)	(10.352)	(837)
Provisão para contingências	26	869	(443)	869	(443)
Outros					
Aumento em contas a receber de clientes		(25.528)	(15.745)	(44.916)	(24.671)
(Aumento) / redução em estoques		(22.226)	(8.469)	(24.788)	(12.856)
(Aumento) / redução em impostos a recuperar		(2.597)	(2.157)	(3.078)	727
Redução / (aumento) em adiantamentos a fornecedores		4.145	15.021	4.581	(2.519)
(Aumento) / redução em outros recebíveis		(121)	(792)	578	(1.196)
Aumento em fornecedores		3.100	5.819	1.408	14.308
(Redução) / Aumento em salários e encargos sociais		542	957	(2.721)	1.012
(Redução) / Aumento em impostos e contribuições a recolher		(229)	307	280	512
Redução em adiantamentos de clientes		(1.740)	(14.830)	(1.890)	2.473
(Redução) / Aumento em outras contas a pagar		(1.349)	4.278	(2.363)	126
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		14.510	29.779	18.783	40.837
Imposto de renda e contribuição social pagos		(8.292)	(4.479)	(11.091)	(6.256)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	21	(22.419)	(13.725)	(24.623)	(16.346)
Fluxo de caixa líquido (utilizado) proveniente das atividades operacionais		(16.201)	11.575	(16.931)	18.235
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Caixa recebido em reorganização societária	3	5.142	-	-	294
Recebimentos pela venda de ativo imobilizado		-	-	1.025	603
Aquisição de imobilizado	18	(12.841)	(6.229)	(15.366)	(8.324)
Aumento de intangível		(40)	-	(40)	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos		(7.739)	(6.229)	(14.381)	(7.426)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Empréstimos e financiamentos tomados	21	121.244	121.091	135.097	126.228
Pagamento de aquisições de participações		(203)	(2.441)	(203)	(2.441)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	21	(93.555)	(102.488)	(104.224)	(116.833)
Instrumentos financeiros derivativos realizados		9.167	(3.788)	10.530	(3.788)
Dividendos pagos	21	(10.318)	(13.100)	(10.764)	(7.000)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamentos		26.336	(726)	30.436	(3.834)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		2.395	4.619	(876)	6.974
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		14.890	10.271	19.291	12.316
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	11	17.286	14.890	18.415	19.291

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receitas		384.825	326.214	485.402	396.084
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	28	393.665	341.440	495.422	411.695
Ajuste a valor presente - AVP	29	(8.249)	(8.282)	(9.330)	(8.667)
(Provisão) /estorno para perdas de crédito esperada	29	(591)	(6.945)	(690)	(6.945)
Insumos adquiridos de terceiros		(268.465)	(219.679)	(327.724)	(270.177)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(210.523)	(171.836)	(253.672)	(205.215)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(57.942)	(47.843)	(74.052)	(64.962)
Valor adicionado bruto		116.360	106.535	157.678	125.906
Depreciação e amortização		(3.622)	(3.287)	(3.501)	(3.342)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		112.737	103.248	154.177	122.564
Valor adicionado recebido em transferência		13.731	12.531	11.301	12.766
Receitas financeiras	30	9.691	12.117	10.748	12.766
Resultado de equivalência patrimonial em controladas	17	3.979	414	-	-
Outras		60	-	553	-
Valor adicionado total a distribuir		126.468	115.778	165.478	135.331
Distribuição do valor adicionado		(126.468)	(115.778)	(165.478)	(135.331)
Pessoal		(52.301)	(49.912)	(62.365)	(51.057)
Remuneração direta		(37.090)	(35.741)	(44.456)	(36.686)
Benefícios		(13.559)	(12.556)	(15.938)	(12.716)
F.G.T.S.		(1.652)	(1.614)	(1.971)	(1.654)
Impostos, taxas e contribuições		(27.952)	(26.511)	(42.100)	(32.345)
Federais - PIS / COFINS		(18.176)	(15.712)	(23.821)	(19.381)
Federais - Imposto de renda e contribuição social		(9.777)	(10.799)	(18.279)	(12.963)
Remuneração de capitais de terceiros		(15.218)	(15.066)	(16.861)	(19.231)
Juros e despesas bancárias	30	(15.218)	(15.066)	(16.861)	(17.426)
Outras		-	-	-	(1.805)
Remuneração de capital próprio		(30.996)	(24.289)	(44.152)	(32.699)
Lucro líquido do exercício		(30.996)	(24.289)	(44.152)	(32.699)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A. (“Companhia”), constituída atualmente como uma sociedade anônima de capital fechado é sediada na cidade de São Joaquim da Barra, estado de São Paulo. Estas demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Companhia e suas subsidiárias (‘Grupo’). O Grupo tem como atividades principais: (i) fabricação de composto e fertilizantes; (ii) produção de defensivos biológicos; (iii) produção de outros produtos químicos.

Em 30 de novembro de 2018, conforme instrumento particular de transformação de sociedade limitada em sociedade anônima, a companhia teve sua denominação social alterada para Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.

Atualmente, o Grupo Vittia possui seis unidades industriais, sendo quatro localizadas na região de Ribeirão Preto, interior paulista, uma na região de Campinas, e outra em Uberaba, Estado de Minas Gerais, facilitando a distribuição dos seus produtos em todas os estados da federação e para o mercado internacional.

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o SARS-CoV-2 (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e poderiam gerar impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

As operações da Companhia não sofreram um impacto relevante em razão do momento do mercado agrícola favorável, das medidas de restrição à circulação de pessoas adotadas rapidamente, bem como pelo plano de ação implementado para garantir o supply chain e operação das unidades industriais. As atividades ligadas à produção e comercialização de insumos agrícolas para nutrição e defesa vegetal são considerados negócios essenciais nos locais onde operamos, e até o momento não estiveram sujeitas a restrições de operação. A natureza do nosso negócio torna pouco prováveis medidas restritivas à operação, uma vez que estas teriam potencial de causar disrupções nas cadeias de suprimentos de alimentos e insumos básicos. Não obstante, acreditamos que a extensão dos impactos da pandemia nos nossos resultados para os próximos trimestres dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis.

Do ponto de vista gerencial adotamos medidas de distanciamento social e prevenção com nossos colaboradores. As atividades administrativas estão ocorrendo em regime parcial de home-office desde março de 2020 e adotamos medidas de isolamento, reforço de equipamentos de proteção individual e testes para as equipes da operação como medidas para reduzir os riscos de disseminação da COVID-19 e dos impactos desta em nossos negócios.

2 Relação de entidades controladas

Veja política contábil na nota explicativa 9 (a).

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Controladora Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A. e as seguintes controladas diretas:

	Países	Participação acionária	
		2018	2017
BS Transportes Ltda.	Brasil	99,9%	99,9%
Biovalens Ltda.	Brasil	80,0%	80,0%

Operações das controladas

a. *BS Transportes Ltda. (controlada)*

Companhia constituída em 2009, e sediada na cidade de São Joaquim da Barra - SP, e tem por objetivo principal a exploração do ramo de transporte rodoviário intermunicipal e interestadual de cargas.

b. *Biovalens Ltda. (controlada)*

Companhia controlada direta, constituída em 2014, e sediada na cidade Uberaba - MG, e tem por objetivo principal a exploração do ramo fabricação de defensivos biológicos.

3 Reorganização Societária

a. Incorporação da Granorte Fertilizantes Ltda. pela Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.

Em 31 de dezembro de 2018, conforme deliberado em assembleia geral extraordinária, foi aprovada a incorporação da Granorte Fertilizantes Ltda., anteriormente controlada pela Vittia Participações S.A., nos termos do Protocolo e Justificação para Incorporação. Como resultado, a incorporada foi extinta de pleno direito e a incorporadora tornou-se sua sucessora, exercendo as mesmas atividades no logradouro original.

O acervo líquido da Granorte Fertilizantes Ltda. foi avaliado em 31 de dezembro de 2018 com base no valor contábil de 30 de novembro de 2018, no valor de R\$ 31.943, conforme laudo de avaliação emitido por Companhia independente especializada.

	Granorte Fertilizantes Ltda
Caixa e equivalentes de caixa	5.139
Contas a receber	22.615
Impostos a recuperar	1.256
Ativo fiscal corrente	72
Adiantamento a fornecedores	182
Outros créditos	752
Estoques	13.674
Ativo fiscal diferido	262
Imobilizado	7.513
Empréstimos e financiamentos	(739)

	Granorte Fertilizantes Ltda
Fornecedores	(12.326)
Impostos e contribuições a recolher	(36)
Passivo fiscal corrente	(2.278)
Adiantamentos de clientes	(154)
Outras contas a pagar	(1.589)
Salários e encargos sociais	(590)
Adiantamento para aumento de capital	(1.000)
Provisão para contingências	(238)
	<hr/>
Acervo Líquido	32.515
	<hr/>
Capital Social	31.943
	<hr/>
Ajuste da variação do acervo líquido até a data evento	572
	<hr/>
Total	32.515

b. Incorporação da Vittia Participações S.A. pela Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.

Em 31 de dezembro de 2018, conforme deliberado em assembleia geral extraordinária, foi aprovada a incorporação reversa da Vittia Participações S.A., até então controladora, nos termos do Protocolo e Justificação para Incorporação. Como resultado, a incorporada foi extinta de pleno direito e a incorporadora tornou-se sua sucessora.

Por se tratar de uma incorporação reversa, a operação resultou na troca da participação societária detida pelos acionistas na Vittia Participações S.A. por participação societária direta no capital social da Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A., mantendo-se, para tanto, a mesma proporção por eles detidas no capital social da Vittia Participações S.A.

O acervo líquido da Vittia Participações S.A. foi avaliado em 31 de dezembro de 2018 com base no valor contábil de 30 de novembro de 2018, no valor de R\$ 3.651, conforme laudo de avaliação emitido por Companhia independente especializada. O saldo do investimento na controlada registrado na controladora foi eliminado no processo de incorporação.

	Vittia Participações S.A.
Caixa e equivalentes de caixa	4
Ativo fiscal corrente	228
Ativo fiscal diferido	666
Investimentos (*)	3.984
Impostos e contribuições a recolher	(4)
Salários e encargos sociais	(4)
	<hr/>
Acervo Líquido	4.876
	<hr/>
Capital Social	3.651
	<hr/>
Ajuste da variação do acervo líquido até a data evento	1.225
	<hr/>
Total	4.876

(*) Corresponde ao investimento com a BS Transportes Ltda que foi transferido para a Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A. através da incorporação reversa da Vittia Participações S.A.

c. Demonstrações Consolidadas Comparativas

Em 31 de dezembro de 2018 como parte da uma reorganização societária entre entidades sob controle comum, a Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A. adquiriu por meio de incorporação, as quotas das empresas Granorte Fertilizantes Ltda. e BS Transportes Ltda (controlada anteriormente pela Vittia Participações S.A.), e por meio de incorporação reversa, as ações da Vittia Participações S.A., reconhecendo os ativos adquiridos e os passivos assumidos ao valor contábil, sem reconhecimento de ágio ou outro impacto na demonstração do resultado. Como as empresas Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A., Granorte Fertilizantes Ltda. e BS Transportes Ltda. estavam sob controle comum, as demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas como se a reorganização societária tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2017 para refletir o lucro (prejuízo) do Grupo, outros resultados abrangentes, mudanças no patrimônio líquido e fluxo de caixa. Nessa data, os ativos e passivos das empresas Granorte Fertilizantes Ltda. e BS Transportes Ltda e Vittia Participações S.A., já considerando as eliminações de investimentos eram:

Granorte Fertilizantes Ltda.

Ativo	01/01/2017	Passivo	01/01/2017
Caixas e equivalentes de caixa	1.790	Fornecedores	1.824
Contas a receber	6.628	Empréstimos e financiamentos	16.217
Estoques	7.008	Salários e encargos sociais	466
Impostos a recuperar	2.947	Impostos e contribuições a recolher	17
Ativo fiscal corrente	109	Passivo fiscal corrente	19
Adiantamentos a fornecedores	23	Adiantamento de clientes	165
Outros créditos	833	Adiantamento para aumento de capital	5.500
Ativo fiscal diferido	570	Outras contas a pagar	561
Imobilizado	<u>6.198</u>	Provisão para contingências	<u>238</u>
		Capital social	11.146
		Prejuízos acumulados	<u>(10.048)</u>
Total de ativos:	<u><u>26.105</u></u>	Total de passivos:	<u><u>26.105</u></u>

BS Transportes Ltda

Ativo	01/01/2017	Passivo	01/01/2017
Caixas e equivalentes de caixa	59	Fornecedores	50
Contas a receber	741	Empréstimos e financiamentos	848
Adiantamento a fornecedores	79	Salários e encargos sociais	153
Outros créditos	75	Impostos e contribuições a recolher	62
Imobilizado	<u>559</u>	Passivo fiscal corrente	79
		Outras contas a pagar	<u>39</u>
		Capital Social	2.500
		Prejuízos acumulados	<u>(2.218)</u>
Total de ativos	<u><u>1.513</u></u>	Total:	<u><u>1.513</u></u>

Vittia Participações S.A.

Ativo		Passivo	
Caixas e equivalentes de caixa	62	Salários e encargos sociais	5
Ativo fiscal corrente	230	Impostos e contribuições a recolher	3
		Dividendos a distribuir e Juros sobre capital próprio	<u>7.052</u>
Ativo fiscal diferido	<u>474</u>		
		Patrimônio líquido	<u>(6.296)</u>
Total de ativos	<u><u>765</u></u>	Total:	<u><u>765</u></u>

As demonstrações consolidadas do resultado, outros resultados abrangentes, mutações no patrimônio líquido e fluxos de caixa incluem os resultados das operações da Vittia Fertilizantes e biológicos S.A. incluem os resultados das operações da Granorte Fertilizantes Ltda. e BS Transportes Ltda. para todo exercício de 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	Total de ativos 31.12.2017	Total de patrimônio líquido	Lucro do exercício	Resultado abrangente do exercício
Companhia suas controladas	304.521	121.956	24.289	24.289
Participação de minoritários	-	475	103	103
BS Transportes Ltda	2.650	1.572	1.290	1.290
Vittia Participações	765	(5.296)	(381)	(381)
Granorte Fertilizantes Ltda	<u>32.349</u>	<u>18.496</u>	<u>7.398</u>	<u>7.398</u>
	340.285	137.203	32.699	32.699
(-) Eliminações	<u>(6.552)</u>	-	-	-
Saldos consolidados	<u><u>333.733</u></u>	<u><u>137.203</u></u>	<u><u>32.699</u></u>	<u><u>32.699</u></u>

Conciliação entre patrimônio líquido e resultado individual e consolidado

Dado que as demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas como se a reorganização societária tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2017, com a aquisição da Granorte Fertilizantes Ltda e BS Transportes Ltda. está sendo apresentada uma conciliação entre o patrimônio líquido da controladora e do consolidado findo em 31 de dezembro de 2017:

	Patrimônio líquido de controladora e controladas 31.12.2017	Patrimônio líquido da Vittia Participações em 31.12.2017	Patrimônio líquido da BS Transporte Ltda em 31.12.2017	Patrimônio líquido da Granorte Fertilizantes Ltda em 31.12.2017	Patrimônio líquido consolidado em 31.12.2017
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	121.955	(5.296)	1.572	18.496	136.728
Participação de não controladores	<u>475</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>475</u>
Total do patrimônio líquido	<u><u>122.430</u></u>	<u><u>(5.296)</u></u>	<u><u>1.572</u></u>	<u><u>18.496</u></u>	<u><u>137.203</u></u>

A reconciliação entre os resultados da Controladora e do patrimônio líquido Consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 segue abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Resultado da controladora e demais controladas	30.966	24.289
Resultado da entidade Vittia Participações S.A.	(3.240)	(381)

Resultado da entidade BS transportes Ltda	1.412	1.290
Resultado da entidade Granorte Fertilizantes Ltda	<u>14.019</u>	<u>7.398</u>
Resultado do controlador	43.157	32.596
Resultado atribuível a minoritários	<u>995</u>	<u>103</u>
Resultado do consolidado	<u>44.152</u>	<u>32.699</u>

A tabela abaixo mostra a reconciliação das transações ocorridas entre 1 de janeiro de 2017, quando o patrimônio líquido da Controladora é igual ao patrimônio líquido consolidado atribuível à Controladora após a reestruturação societária das empresas Granorte Fertilizantes Ltda. e BS Transportes Ltda e Vittia Participações S.A.

	Controladora	Vittia Participações	BS Transportes Ltda	Granorte Fertilizantes Ltda	Participação de não controladores	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2017	<u>110.767</u>	-	<u>282</u>	<u>1.098</u>	-	<u>112.147</u>
Resultado do exercício	24.289	-	1.290	7.398	475	33.452
Aumento de capital	-	-	-	10.000	-	10.000
Dividendos	(13.100)	-	-	-	-	(13.100)
Resultado por baixa referente a incorporação reversa	-	(5.296)	-	-	-	(5.296)
Reservas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>121.956</u>	<u>(5.296)</u>	<u>1.572</u>	<u>18.496</u>	<u>475</u>	<u>137.203</u>
Resultado do exercício	30.996	-	1.412	14.019	995	47.422
Baixa por incorporação reversa	-	-	-	-	-	-
Dividendos	(13.406)	-	-	-	(187)	(13.594)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(7.847)	-	-	-	-	(7.847)
Resultado por baixa referente a incorporação reversa	-	7.188	-	-	-	7.188
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>131.699</u>	<u>1.892</u>	<u>2.984</u>	<u>32.515</u>	<u>1.283</u>	<u>170.372</u>

4 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 16 de novembro de 2020.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia e suas controladas estão apresentadas na nota explicativa nº 9.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Reemissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente emitidas em 09 de abril de 2019, estão sendo reemitidas, para uma base de preparação, de acordo com a Lei nº 6.404, de 1976, as normas da CVM, e incluindo as práticas contábeis IAS 33 / CPC 41 - Lucro por Ação e IFRS 8 / CPC 22 - Informação por Segmento, em função do pedido de registro da Companhia como emissor de valores mobiliários.

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

d. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa nº 12 e 31** - mensuração de provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda. A partir de 1º de janeiro de 2018, a provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes passou a ser constituída com base nas perdas de crédito esperadas ao invés do critério de perdas incorridas (conforme CPC 48 / IFRS 9), o novo método consiste em avaliar as mudanças na qualidade dos créditos desde o reconhecimento inicial, considerando três níveis: (i) Perda esperada no reconhecimento inicial; (ii) Aumento significativo do risco de crédito após o reconhecimento inicial; e (iii) Ativos com redução ao valor recuperável. Tendo em vista todos os controles do Grupo para mitigar o risco de crédito e o consequente baixo nível de inadimplência histórico, não houve efeitos significativos desde a aplicação inicial.

e. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 12 e 31** - mensuração de provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa nº 9.h.iii** - Vida útil de ativo Imobilizado;

- **Nota explicativa nº 16-** reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e
- **Notas explicativas nº 26** - reconhecimento e mensuração de provisão para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(i) **Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia e suas controladas revisam regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros.

7 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; e
- Instrumentos financeiros não-derivativos, designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

8 Mudanças nas principais políticas contábeis

Com exceção ao descrito abaixo, as políticas contábeis aplicadas nessas demonstrações financeiras são as mesmas aplicadas nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes e o CPC 48 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. O efeito da aplicação inicial dessas normas é atribuído principalmente:

- Reclassificação dos gastos com fretes para a rubrica de custo do produto vendido.

a. CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com cliente

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC - 30 Receitas, o CPC 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas.

A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecido na data de aplicação inicial (ou seja, em 1º de janeiro de 2018). Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30, CPC17 e interpretações relacionadas.

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A receita operacional é reconhecida quando todos os critérios a seguir forem atendidos: (i) quando as partes de um contrato aprovarem este e estiverem comprometidas com seu cumprimento; (ii) quando a Companhia puder identificar os direitos de cada parte relacionado aos bens a serem entregues; (iii) quando puder identificar os termos de pagamento para os bens transferidos; (iv) quando o contrato possuir substancia comercial; (v) quando for provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual tem direito.

A receita de venda de bens são derivadas, basicamente, da venda de produtos e são reconhecidas quando o controle dos bens é transferido ao cliente, ou seja, na entrega do produto ao cliente. Uma receita não é reconhecida se há uma significativa incerteza de sua realização. Os valores faturados, recebidos ou não, decorrentes de mercadorias a ser entregues no futuro, são considerados como redutores de ativo. Já os valores recebidos e não faturados decorrentes de mercadorias a ser entregues no futuro são considerados como passivo.

Parte das vendas da Companhia são realizadas na modalidade *Cost, Insurance and Freight* (“CIF”), na qual a Companhia é responsável pelo serviço de frete para a transferência de controle do produto ao cliente. De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, os custos com fretes nessas modalidades devem ser consideradas como uma obrigação de desempenho separada na qual uma proporção do preço da transação seria alocada e reconhecida conforme a efetiva prestação do serviço. Em 31 de dezembro de 2018, os custos com fretes classificados como custo das vendas e anteriormente classificado como despesas com vendas representam R\$ 16.986.

Controladora			
<i>Em milhares</i>	Valores sem adoção do CPC 47	Ajustes	Conforme apresentado
Custo das vendas	(233.413)	(10.925)	(244.338)
Despesas com vendas	<u>(45.438)</u>	<u>10.925</u>	<u>(34.513)</u>
Lucro líquido	<u>30.996</u>	<u>-</u>	<u>30.996</u>

Consolidado			
<i>Em milhares</i>	Valores sem adoção do CPC 47	Ajustes	Conforme apresentado
Custo das vendas	(280.283)	(16.986)	(297.269)
Despesas com vendas	<u>(54.891)</u>	<u>16.986</u>	<u>(37.905)</u>
Lucro líquido	<u>44.152</u>	<u>-</u>	<u>44.152</u>

b. CPC 48 / IFRS 09 - Instrumentos financeiros

Esta norma aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações trazidas pelo IFRS 9 são: (i) novos critérios para a classificação de ativos financeiros; (ii) um novo modelo de redução ao valor recuperável para ativos financeiros, que é um híbrido de perdas esperadas e incorridas, substituindo o modelo anterior de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A administração acredita que a nova orientação não terá um impacto significativo na classificação e mensuração dos ativos financeiros do Grupo, especialmente considerando que não possui operações designadas como hedge na data de divulgação dessas demonstrações financeiras. A Companhia não identificou impactos relevantes no balanço patrimonial e demonstração das mutações do patrimônio líquido, mesmo considerando a mudança no modelo de redução ao valor recuperável dos ativos financeiros. Considerando as baixas taxas históricas de inadimplência, a mudança do critério de perdas incorridas para perdas esperadas não teve efeitos relevantes para a Companhia.

Classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado mensurado: a custo amortizado; VJORA - instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; ou VJR. A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48).

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018.

Ativos financeiros	Classificação original de acordo com CPC 38	Classificação original de acordo com CPC 48 / IFRS 09	Valor original CPC 38	Valor original CPC 48 / IFRS 09
Aplicações financeiras	Designados a valor justo	Custo amortizado	16.510	16.510
Caixa e equivalentes de caixa	Designados a valor justo	Custo amortizado	1.906	1.906
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	191.843	191.843
Total de ativos financeiros			210.259	210.259

9 Principais políticas contábeis

a. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de Controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio de método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia e suas controladas desreconhecem os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referente a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia e suas controladas retém qualquer participação na antiga controlada, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(i) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia e de suas controladas em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimento controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia e suas controladas, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto deve existir um acordo contratual através do qual a Companhia e suas controladas possuem controle compartilhado, onde a Companhia e suas controladas têm direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia e suas controladas no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intergrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intergrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, se houver, oriundos de transações com controlada, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na controlada. Prejuízos não realizados, se houver, são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e os passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações..

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

Essas variações cambiais são reconhecidas em lucros ou prejuízos nas demonstrações financeiras.

Quando uma entidade no exterior é baixada na totalidade ou parcialmente, de forma a perder o controle, influência significativa ou controle conjunto, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na baixa. Se a Companhia baixar parte de sua participação em uma controlada, mas manter o controle, a proporção relevante do valor acumulado será atribuída à participação de acionistas não controladores. Quando a Companhia baixar apenas parte de uma associada ou joint venture, mantendo uma influência significativa ou controle conjunto, a proporção relevante do valor acumulado é reclassificada para o resultado.

Para conversão das transações em moeda estrangeira para a moeda funcional da Companhia (Real - R\$) foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio tanto para o consolidado quanto para a Controladora:

	Taxa média do exercício		Taxa à vista	
	2018	2017	2018	2017
R\$/US\$	3,6547	3,2574	3,8748	3,3080
R\$/EUR	4,3083	-	4,4390	-

c. Receita operacional

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes e os efeitos da aplicação inicial do CPC 47 / IFRS 15 estão descritos na nota explicativa nº 8a.

d. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- rendimentos sobre aplicações financeiras;
- variações cambiais ativas e passivas;
- tarifas bancárias;
- despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos; e
- despesas de juros de aluguel.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido. A Companhia classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento; e os dividendos e juros sobre capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos

exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) ***Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido***

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e de despesas de vendas.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os custos serão auferidos pela Companhia e por suas controladas. Custos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Edifícios e construções	60 anos
Móveis e utensílios	15 anos
Veículos	10 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Equipamentos de informática	05 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e Mensuração

Ágio

O ágio apurado na aquisição das quotas da Samaritá Indústria e Comércio Ltda e Biovalens Ltda encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

O ágio é a diferença positiva entre o valor pago na aquisição de um negócio e o justo valor líquido dos ativos e passivos da subsidiária adquirida. O ágio de aquisições de subsidiárias é apresentado na rubrica Investimentos e ativos intangíveis das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O ágio é mantido ao valor de custo, deduzido de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e o teste contábil é realizado no mínimo anualmente. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, desde a data de aquisição, alocado a cada unidade geradora de caixa da Companhia que se espera que se beneficie da combinação de negócios, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem alocados a essas unidades.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

j. Instrumentos financeiros

A Companhia adotou inicialmente o CPC 48 / IFRS 09 a partir de 1º de janeiro de 2018. Os efeitos da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 09 estão descritos na nota explicativa nº 8b.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento de um ativo financeiro

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento

aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos.

Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

(iv) Desreconhecimento de um passivo financeiro

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

(v) Compensação de instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(vi) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

k. Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo.

l. Arrendamentos

(i) Ativos arrendados

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia e suas controladas substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas.

(ii) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

m. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda

incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques, e o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidades geradoras de caixa).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

n. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e as suas controladas possuem uma obrigação que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia e suas controladas mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas controladas utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e suas controladas mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e suas controladas determinarem que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

p. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia e suas controladas. Todos os resultados operacionais são revistos frequentemente pela Diretoria da Companhia e suas controladas para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Companhia e suas controladas operaram os seguintes segmentos reportáveis durante este ano (i) Fertilizantes Foliares e Produtos Industriais; (ii) Micros de solo; (iii) Produtos biológicos e (iv) Condicionadores de Solo e Organominerais. Os segmentos estão alinhados com o portfólio de produtos e refletem a estrutura utilizada pela Administração para avaliar o desempenho da Companhia e suas controladas.

q. Lucro líquido por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e suas controladas, e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 (IAS 33) - Resultado por ação.

r. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia e suas controladas estão apresentando como informação complementar as demonstrações do valor adicionado - DVA, de acordo com o CPC 09.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia e suas controladas na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pela Companhia e suas controladas quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros.

O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia e suas controladas, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferidos à Companhia e suas controladas.

10 Novas normas e interpretações ainda não adotadas aplicáveis as demonstrações financeiras

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis - ("CPC"), mas ainda não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A adoção antecipada de normas, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis - ("CPC").

CPC 06 (R2) Arrendamentos - IFRS 16

O CPC 06 (R2) substitui as normas existentes de arrendamento, incluindo CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos e ICPC 03 - Aspectos Complementares de Arrendamentos. Foi traduzido e normatizado no Brasil por meio da NBC TG 06 (R3) - Locações (pronunciamento contábil CPC 06 (R2)). O padrão entrará em vigor para períodos anuais iniciando ou após 1º de janeiro de 2019. As principais mudanças são: (i) Equalização das normas contábeis para arrendamentos operacionais e financeiros ao arrendatário, de modo que todos os arrendamentos com vencimento após 12 meses, com contraprestação fixa e valor ativo significativo, sejam reconhecidos na demonstração da posição financeira do arrendatário como um ativo de direito de uso e um passivo por pagamentos futuros, ambos a valor presente. (ii) As despesas com aluguéis não serão mais reconhecidas pelo método linear. O lucro ou prejuízo será impactado pelas despesas de depreciação do ativo e pela alocação dos juros do passivo. De acordo com o diagnóstico feito pela Companhia, o principal impacto desta norma será nos contratos de locação de imóveis relativos às plantas industriais e ao imóvel onde se localiza a sede administrativa, devido ao prazo de vigência desses contratos. O valor inicial estimado registrado

para o bem de direito de uso e sua contrapartida no passivo de arrendamento é de R \$ 11.866. O impacto no resultado será uma redução anual das despesas, que será reconhecida como despesa de depreciação e juros, de acordo com o cálculo individualizado dos contratos.

IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro

A norma esclarece a forma de contabilização de posições fiscais relacionadas ao Imposto de Renda e Contribuição Social. Esta norma é aplicável quando há incertezas quanto à aceitação do tratamento pela autoridade fiscal. Se a aceitação não for provável, os valores de ativos e passivos fiscais devem ser ajustados para refletir a melhor resolução da incerteza.

A IFRIC 23 não introduz novas divulgações, mas reforça a necessidade de cumprir os requisitos de divulgação existentes sobre (i) julgamentos realizados; (ii) premissas ou outras estimativas utilizadas; e (iii) o impacto potencial de incertezas que não estejam refletidas nas demonstrações financeiras. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia avaliou as mudanças introduzidas por esta nova norma e com base nas análises realizadas, não identificou mudanças materiais que produzam impacto em suas demonstrações financeiras.

11 Caixa e equivalentes de caixa

Veja política contábil na nota explicativa 9 (j).

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e bancos	1.147	1.022	1.905	1.490
Aplicações financeiras	<u>16.139</u>	<u>13.868</u>	<u>16.510</u>	<u>17.801</u>
	<u>17.286</u>	<u>14.890</u>	<u>18.415</u>	<u>19.291</u>

As aplicações financeiras são consideradas como equivalentes de caixa, por terem alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os saldos de aplicações financeiras são representados por títulos de renda fixa, remunerados substancialmente à 75,0% da variação do CDI-CETIP - Certificado de Depósito Interbancário, possuindo liquidez diária.

As informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a riscos de mercado e de crédito e de metodologia de mensuração do valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 31.

12 Contas a receber de clientes

Veja política contábil nas notas explicativas 9(b), (j) e (m).

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2018	2017	2018	2017
Contas a receber de clientes - Mercado interno	183.540	148.479	197.220	160.211
Contas a receber de clientes - Mercado externo	17.115	13.312	17.472	14.260
Ajuste a valor presente - AVP	(3.945)	(3.365)	(4.232)	(3.538)

Provisão para perda esperada	(4.867)	(5.279)	(4.918)	(5.608)
	<u>191.843</u>	<u>153.147</u>	<u>205.542</u>	<u>165.325</u>

As contas a receber de clientes são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado. A Companhia e suas controladas avaliaram o ajuste a valor presente, com a taxa média de 9,51% ao ano para os saldos de 31 de dezembro de 2018 e 11% ao ano para os saldos de 31 de dezembro de 2017.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de crédito, bem como as médias das idades dos saldos, risco de moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, são divulgadas na nota explicativa nº 31.

13 Estoques

Veja política contábil na notas explicativas 9(g).

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Produtos acabados	28.685	16.226	29.117	21.284
Produtos em elaboração	450	892	480	1.129
Matéria-prima	45.382	21.981	45.577	28.312
Material de embalagem	4.040	4.166	4.248	4.458
Almoxarifado	1.579	1.030	1.580	1.031
	<u>80.136</u>	<u>44.295</u>	<u>81.002</u>	<u>56.214</u>

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização.

14 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ICMS	7.659	6.347	7.721	6.516
IPI	2.253	1.653	2.266	1.665
PIS	322	43	322	94
COFINS	1.393	116	1.393	350
	<u>11.627</u>	<u>8.159</u>	<u>11.702</u>	<u>8.625</u>
Circulante	4.077	1.812	4.107	2.115
Não circulante	7.550	6.347	7.595	6.510

O saldo de impostos a recuperar é representado substancialmente por saldo credor de ICMS. Tais valores são acumulados em virtude do ramo de atuação principal da Companhia (produção de insumos agrícolas), devido à manutenção de crédito do imposto concedida pelo Estado de São Paulo até 30 de abril de 2019, local onde se concentram as atividades da Companhia e suas controladas. O saldo de ICMS a recuperar é classificado atualmente no longo prazo em virtude da expectativa de realização em período superior a 365 dias.

15 Outros créditos - Consolidado

Veja política contábil na notas explicativas 9(j).

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Adiantamento de comissões	343	356	343	356
Outros adiantamentos	875	600	998	1.205
Despesas a apropriar	49	492	110	562
Depósitos judiciais	1.498	707	1.498	1.404
	2.765	2.155	2.949	3.527
Circulante	1.267	1.448	1.451	2.123
Não circulante	1.498	707	1.498	1.404

16 Ativos e passivos fiscais diferidos

Ver política contábil na nota explicativa 9(f).

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

Controladora	Ativos		Passivos		Resultado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Prejuízo fiscal	-	-	-	-	-	(697)
Provisão para bônus	1.059	462	-	-	597	(13)
Provisão para devedores duvidosos	1.594	1.795	-	-	(201)	(2.361)
Ajuste a valor presente	1.256	1.144	-	-	112	(471)
Provisão para contingências	763	468	-	-	295	(151)
Comissões diferidas	2.337	2.280	-	-	56	1.074
Depreciação fiscal	-	-	(2.534)	(1.754)	(779)	(719)
Amortização mais valia	679	399	-	-	279	231
Ajuste Cut-off	299	447	-	-	(148)	(307)
Amortização fiscal de ágio	-	-	(1.729)	(1.153)	(576)	(576)
Outros	931	-	-	-	-	-
	8.918	6.995	(4.263)	(2.907)	(364)	(3.991)
(*) Compensação	(4.264)	(2.908)	4.263	2.907	-	-
Líquido	4.654	4.087	-	-	-	-
Consolidado	Ativos		Passivos		Resultado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Prejuízo fiscal	669	1.206	-	-	(537)	517
Provisão para bônus	1.059	466	-	-	593	(61)
Provisão para devedores duvidosos	1.655	1.907	-	-	(252)	(2.361)
Ajuste a valor presente	1.341	1.184	-	-	157	(455)
Provisão para contingências	844	548	-	-	295	(151)
Comissões diferidas	2.683	2.401	-	-	282	467
Depreciação fiscal	-	-	(2.846)	(1.967)	(878)	(792)
Amortização mais valia	679	399	-	-	279	231
Ajuste Cut-off	299	447	-	-	(148)	(307)
Amortização fiscal de ágio	-	-	(1.729)	(1.153)	(576)	(576)
	9.229	8.558	(4.575)	(3.120)	(784)	(3.488)
(*) Compensação	(4.575)	(3.120)	4.575	3.120	-	-
Líquido	4.654	5.438	-	-	-	-

(*) Saldos de ativos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora				Consolidado			
	2018		2017		2018		2017	
	%		%	%		%		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	40.773		35.088		62.431		45.662	
Imposto utilizando alíquota de imposto da controladora	34,00	(13.863)	34,00	(11.930)	34,00	(21.226)	34,00	(15.525)
Valores não tributáveis	1,65	672	1,69	592	1,08	672	1,30	592
Valores não dedutíveis	(3,89)	(1.586)	(2,75)	(964)	(2,72)	(1.699)	(2,21)	(1.010)
Resultado da equivalência patrimonial	3,32	1.353	0,40	141	-	-	-	-
Prejuízo fiscal acumulado anteriormente	-	-	1,99	697	1,17	728	3,65	1.667
Juros sobre o capital próprio	7,32	2.984	-	-	4,78	2.984	-	-
Outros	1,63	664	1,90	666	1,06	664	1,46	666
Ajuste pelo cálculo de controlada tributada pelo lucro presumido	-	-	-	-	(0,64)	(402)	1,42	648
Total do imposto de renda e contribuição social	(23,98)	(9.776)	(30,78)	(10.799)	(29,28)	(18.279)	(28,39)	(12.963)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(23,08)	(9.412)	(19,40)	(6.808)	(28,02)	(17.495)	(20,75)	(9.475)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(0,89)	(364)	(11,37)	(3.991)	(1,26)	(784)	(7,64)	(3.488)

17 Investimentos

Veja política contábil nas notas explicativas 9 (a).

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Investimentos				
Biovalens Ltda.	5.130	1.900	-	-
BS Transportes Ltda.	2.984	-	-	-
Mais valia de ativos – Samaritá (i)	248	496	-	-
Ágio por rentabilidade futura - <i>Goodwill</i> – Samaritá (ii)	7.235	7.235	-	-
Mais valia de ativos – Biovalens (iii)	1.387	1.960	-	-
Ágio por rentabilidade futura - <i>Goodwill</i> – Biovalens (ii)	2.314	2.314	-	-
	19.298	13.905	-	-
Outros investimentos não consolidados				
Outros investimentos	20	20	20	20
	19.318	13.925	20	20

- (i) Refere-se à mais-valia de marcas e patentes, licenças de *software*, carteira de clientes e valor da força de trabalho, conforme laudo técnico de avaliação pelo valor justo desses ativos, emitido por ocasião da aquisição da Samaritá Indústria e Comércio Ltda.
- (ii) O valor do ágio por rentabilidade futura também é fundamentado pelo laudo emitido por Companhia especializada, Tal valor será objeto de teste de recuperabilidade de ativo em bases anuais.
- (iii) Refere-se à mais-valia de marcas e patentes, carteira de clientes e valor da força de trabalho, conforme laudo técnico de avaliação pelo valor justo desses ativos, emitido por ocasião da aquisição da Biovalens Ltda, - ME.

Investimentos

Saldo em 31 de dezembro 2016	7.999
Aquisição de participação societária	1.486
Ágio na aquisição de investimentos	4.705
Amortização de ágio na aquisição de investimentos	(678)
Equivalência patrimonial	<u>414</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>13.926</u>
Reorganização societária - nota 3	2.984
Amortização de ágio na aquisição de investimentos	(823)
Equivalência patrimonial	3.979
Perda em participação societária (i)	<u>(748)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>19.318</u>

(i) Perda em participação societária

A perda se refere à distribuição desproporcional de lucros aprovada em assembleia de sócios na controlada Biovalens Ltda.

Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018

	Participação	Quantidade de quotas	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receitas	Outras receitas e despesas	Lucro	Equivalência patrimonial
2018													
Biovalens Ltda.	80,0%	240.000	14.212	4.375	18.587	12.174	-	12.174	6.413	16.376	11.402	4.974	3.979
BS Transportes Ltda. (i)	99,9%	2.499.999	2.940	707	3.647	663	-	663	2.984	16.890	15.478	1.412	-
													3.979
2017													
Biovalens Ltda.	80,0%	240.000	6.350	2.939	9.290	6.614	-	2.676	2.676	4.279	3.762	517	414
													414

- (i) Participação societária incorporada em 31/12/2018, cujo resultado da equivalência patrimonial foi reconhecido na Vittia Participações S.A., incorporada reversamente pela Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.

18 Imobilizado

Veja política contábil nas notas explicativas 9 (h) / (m).

	Controladora							
	Terrenos	Edifícios e construções	Móveis e utensílios	Veículos	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Total
Custo	3.277	17.668	2.479	2.594	29.359	1.314	5.141	61.832
Depreciação acumulada	-	(1.839)	(1.035)	(1.523)	(12.879)	(977)	-	(18.253)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.277	15.829	1.444	1.071	16.480	337	5.141	43.579
Transferência		1.073	96		115		(1.284)	
Aquisições	15	295	745	163	2.510	98	2.615	6.440
Baixas			(26)	(503)	(65)			(594)
Depreciação no exercício		(468)	(215)	(264)	(1.462)	(104)		(2.513)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.292	16.729	2.044	467	17.578	331	6.472	46.912
Custo	3.292	19.036	3.294	2.253	31.919	1.413	6.472	67.678
Depreciação acumulada	-	(2.307)	(1.250)	(1.786)	(14.341)	(1.082)	-	(20.766)
Adição por evento societário - nota 2	-	1.143	141	-	5.165	36	1.028	7.513
Transferência	-	4.794	-	-	1.932	-	(6.889)	(163)
Aquisições	-	-	610	123	3.525	206	8.279	12.742
Baixas	-	-	(21)	(194)	(168)	(2)	-	(384)
Depreciação no exercício	-	(549)	(253)	(202)	(1.679)	(106)	-	(2.789)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.292	22.117	2.521	194	26.352	465	8.890	63.830
Custo	3.292	25.277	4.130	2.234	44.797	1.720	8.890	90.340
Depreciação acumulada	-	(3.160)	(1.609)	(2.040)	(18.445)	(1.255)	-	(26.510)

Consolidado

	Terrenos	Edifícios e construções	Móveis e utensílios	Veículos	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Total
Custo	3.277	19.115	2.680	5.932	34.944	1.399	6.142	73.489
Depreciação acumulada	-	(2.041)	(1.106)	(4.308)	(14.674)	(1.025)	-	(23.153)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.277	17.074	1.574	1.624	20.270	374	6.142	50.336
Adições por evento societário	66	486	155	-	616	2	-	1.326
Transferência	-	1.073	96	-	368	-	(1.537)	-
Aquisições	15	295	827	489	3.483	119	3.346	8.574
Baixas	-	-	(168)	(1.052)	(494)	-	-	(1.714)
Depreciação no exercício	-	(527)	(236)	15	(1.740)	(118)	-	(2.606)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.358	18.403	2.248	1.076	22.503	377	7.951	55.916
Custo	3.358	20.970	3.589	5.369	38.917	1.520	7.951	81.674
Depreciação acumulada	-	(2.567)	(1.341)	(4.293)	(16.414)	(1.143)	-	(25.758)
Transferência	-	4.794	-	-	3.551	-	(8.589)	(244)
Aquisições	-	-	884	342	4.614	256	10.999	17.095
Baixas	-	-	(21)	(2.308)	(183)	(2)	-	(2.514)
Depreciação no exercício	-	(610)	(284)	1.815	(2.171)	(124)	-	(1.375)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.358	22.586	2.826	924	28.314	507	10.361	68.878
Custo	3.358	25.764	4.452	3.403	46.899	1.774	10.361	96.011
Depreciação acumulada	-	(3.177)	(1.625)	(2.478)	(18.585)	(1.267)	-	(27.133)

a. Terrenos

A Companhia possui terrenos na cidade de Artur Nogueira - SP, onde está localizado um de seus estabelecimentos filiais.

b. Edificações

A Companhia e as suas controladas possuem edificações nas cidades de São Joaquim da Barra, Serrana, Ituverava e Artur Nogueira, todas no Estado de São Paulo, além de Uberaba no estado de Minas Gerais, locais onde estão localizados os parques industriais dos estabelecimentos fabris.

c. Móveis e utensílios

A Companhia e as suas controladas mantêm estruturas administrativa e laboratorial em todas as suas unidades.

d. Máquinas e equipamentos

São compostos por um grande e variado parque de máquinas e estruturas necessárias a manutenção das atividades operacionais das controladas.

e. Equipamentos de informática

A Companhia e as suas controladas possuem equipamentos para o processamento de dados e infraestrutura de TI necessária para a comunicação entre as unidades.

f. Imobilizado em andamento

Está representado por projetos de expansão e otimização das unidades.

g. Valor recuperável do ativo imobilizado

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável do ativo.

h. Ativos cedidos em garantia

Modalidade	Garantia	Valor garantido - R\$
Alienação fiduciária (FINAME/BNDES)	Máquinas e veículos	3.453

19 Intangível

Veja política contábil nas notas explicativas 9 (i) / (m).

a): Controladora:

	2018	2017
Marcas e patentes (i)	200	200
Licenças de <i>software</i>	40	-
	<u>240</u>	<u>200</u>

b): Consolidado:

	2018	2017
Ágio por rentabilidade futura - <i>Goodwill</i> Samaritá	7.273	7.311
Ágio por rentabilidade futura - <i>Goodwill</i> Biovalens	2.482	2.551
Marcas e patentes	200	200
Licenças de <i>software</i>	40	-
	<u>9.995</u>	<u>10.062</u>

Testes de recuperabilidade de ágio e intangíveis

Anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade (“impairment”) dos saldos de intangíveis, substancialmente representados por ágio pela expectativa de rentabilidade futura gerado nas aquisições da Samaritá Indústria e Comércio Ltda. e Biovalens Ltda. A metodologia utilizada é a do fluxo de caixa descontado, considerando dentre outros aspectos, as premissas descritas abaixo:

- Margem bruta com base na rentabilidade das vendas projetadas, deduzida das devoluções, impostos e do custo dos produtos vendidos;
- Estimativas dos custos diretos e indiretos de fabricação;
- Gastos associados à despesas com vendas, administrativas e gerais;
- Utilização da metodologia WACC – Weighted Average Cost of Capital para desconto a valor presente dos fluxos de caixa estimados. A taxa usada para cada UGC para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de 15% ao ano.

O exercício das projeções abrange cinco anos, e as taxas de crescimento utilizadas foram obtidas através do desempenho histórico da Companhia e das projeções de crescimento disponíveis para o setor.

A Companhia não identificou perdas dos valores recuperáveis de todos os ativos intangíveis.

20 Fornecedores e outras contas a pagar

Veja política contábil nas notas explicativas 9 (j).

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores - Mercado interno	9.089	16.054	7.697	16.144
Fornecedores - Mercado externo	23.913	11.793	23.913	16.873
Serviços de terceiros	1.653	1.398	1.914	1.664
Aquisição de participações (a)	4.843	5.046	4.843	5.046
Outras contas	8.984	6.733	9.566	7.905
	48.482	41.024	47.933	47.632

O saldo representa o reconhecimento das obrigações com os fornecedores pela compra de matéria- prima e de materiais de consumo e de manutenção.

- (a) Corresponde às parcelas remanescentes das aquisições de ações da Samaritá e Biovalens, que serão liquidadas da seguinte forma:

Aquisição Samaritá

Vencimento	Valor
01/06/2018	2.441
	2.441

A Companhia revisou as bases de estimativa e as probabilidades de materialização das contingências retidas e o valor da parcela ficará retido para futura compensação com os valores das contingências materializadas e imputadas ao vendedor.

Conforme contrato de compra e venda de quotas e outras avenças, o valor da parcela ficará retido para futura compensação com os valores das contingências materializadas e imputadas ao vendedor.

Aquisição Biovalens

Vencimento	Valor
08/05/2019	483
08/05/2020	578
07/05/2021	646
07/05/2022	695
	<u>2.402</u>

As parcelas se referem ao preço complementar da operação (*earn-out*), conforme cláusula 6 do contrato de compra e venda de quotas, calculado com as premissas abaixo:

Ano	Crescimento	Receita estimada	Taxa de desconto	Valor presente
2017	-	5.680	11,6%	5.091
2018	164,7%	15.036	24,5%	12.079
2019	33,4%	20.056	38,9%	14.441
2020	24,8%	25.037	55,0%	16.158
2021	19,9%	<u>30.017</u>	72,9%	<u>17.363</u>
		<u>95.825</u>		<u>65.132</u>

O valor a pagar para cada sócio corresponde à 2% da receita bruta a valor presente calculada acima.

A informação sobre a exposição da Companhia e suas controladas para os riscos de moeda e de liquidez, relacionados a fornecedores, encontra-se divulgada na nota explicativa nº 31.

21 Empréstimos e financiamentos

Ver políticas contábeis nas notas explicativas 9 (j).

							Controladora	
	Moeda	Garantia	Ano de vencimento final	Taxa ponderada de juros a.a.	Indexador	2018	2017	
Passivo circulante								
Capital de giro	BRL	Recebíveis, alienação fiduciária e aval	2019	9,26%	CDI	56.381	16.062	
Capital de giro (*)	EUR	Recebíveis e aval	2019	3,30%	Variação cambial	2.278	-	
Capital de giro (*)	USD	Recebíveis, alienação fiduciária e aval	2019	5,12%	Variação cambial	29.768	56.081	
FINAME	BRL	Próprio bem e aval	2019	6,21%	TJLP	1.451	1.258	
Partes relacionadas - nota explicativa nº 24	BRL	-	2019	-	-	103	1.104	
						89.981	74.505	
Passivo não circulante								
Capital de giro	BRL	Recebíveis, alienação fiduciária e aval	2020	9,26%	CDI	23.554	14.565	
Capital de giro (*)	EUR	Recebíveis e aval	2021	3,30%	Variação cambial	8.138	-	
Capital de giro (*)	USD	Recebíveis, alienação fiduciária e aval	2020	5,12%	Variação cambial	18.951	19.501	
FINAME	BRL	Próprio bem e aval	2023	6,21%	TJLP	2.002	2.736	
						52.645	36.802	
						142.626	111.307	

(*): Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia utiliza operações de instrumentos derivativos - swap de juros (vide nota 31) para travar as oscilações da variação cambial, com o objetivo de reduzir esses riscos. Desta forma, as referidas linhas de dívida apresentam custo efetivo de: (i) Capital de giro (EUR): 8,65% a.a. e (ii) Capital de giro (USD): 9,12% a.a.

Consolidado							
	Moeda	Garantia	Ano de vencimento final	Taxa ponderada de juros a.a.	Indexador	2018	2017
Passivo circulante							
Capital de giro	BRL	Recebíveis, alienação fiduciária e aval	2019	9,20%	CDI	63.246	16.078
Capital de giro (*)	EUR	Recebíveis e aval	2019	3,30%	Variação cambial	2.278	-
Capital de giro (*)	USD	Recebíveis, alienação fiduciária e aval	2019	5,18%	Variação cambial	31.231	60.915
FINAME	BRL	Próprio bem e aval	2019	6,21%	TJLP	1.451	1.647
Leasing	BRL	Próprio bem e aval	2018	18,44%	-	-	74
Partes relacionadas - nota explicativa nº 24	BRL	-	2019	-	-	103	1.104
						98.309	79.818
Passivo não circulante							
Capital de giro	BRL	Recebíveis, alienação fiduciária e aval	2020	9,20%	CDI	23.554	14.565
Capital de giro (*)	EUR	Recebíveis e aval	2021	3,30%	Variação cambial	8.138	-
Capital de giro (*)	USD	Recebíveis, alienação fiduciária e aval	2020	5,18%	Variação cambial	18.951	19.501
FINAME	BRL	Próprio bem e aval	2023	6,21%	TJLP	2.002	3.682
						52.645	37.748
						150.954	117.566

(*): Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia utiliza operações de instrumentos derivativos - swap de juros (vide nota 31) para travar as oscilações da variação cambial, com o objetivo de reduzir esses riscos. Desta forma, as referidas linhas de dívida apresentam custo efetivo de: (i) Capital de giro (EUR): 8,65% a.a. e (ii) Capital de giro (USD): 9,24% a.a.

O cronograma de vencimentos dos financiamentos está demonstrado abaixo:

	<u>Controladora</u>	
	2018	2017
Até 12 meses	89.981	74.505
de 13 a 36 meses	50.903	35.585
mais de 36 meses	1.742	1.217
	<u>142.626</u>	<u>111.307</u>
	<u>Consolidado</u>	
	2018	2017
Até 12 meses	98.309	79.818
de 13 a 36 meses	50.903	36.499
mais de 36 meses	1.742	1.250
	<u>150.954</u>	<u>117.566</u>

(i) **Covenants**

Alguns dos contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas de *covenant*. Os principais covenants da Companhia obrigam a manutenção de alguns índices, como dívida sobre EBITDA (EBITDA - Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização).

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento:

	<u>Consolidado</u>			<u>Controladora</u>		
	Empréstimos e financiamentos	Dividendos	Total	Empréstimos e financiamentos	Dividendos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	<u>104.713</u>	<u>5.537</u>	<u>110.250</u>	<u>92.306</u>	<u>105</u>	<u>92.411</u>
Variações dos fluxos de caixa de financiamentos						
Pagamento de empréstimos	(116.832)	-	(116.832)	(102.488)	-	(102.488)
Captação de empréstimos	126.227	-	126.227	121.091	-	121.091
Pagamento de dividendos	-	(7.000)	(7.000)	-	(13.100)	(13.100)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamentos	<u>9.396</u>	<u>(7.000)</u>	<u>2.395</u>	<u>18.603</u>	<u>(13.100)</u>	<u>5.503</u>
Variações dos fluxos de caixa operacional						
Pagamento de juros e variações monetárias	(16.346)	-	(16.346)	(13.725)	-	(13.725)
Total das variações nos fluxos de caixa operacional	<u>(16.346)</u>	<u>-</u>	<u>(16.346)</u>	<u>(13.725)</u>	<u>-</u>	<u>(13.725)</u>
Outras variações que não afetam caixa						
Provisão de juros e variações monetárias	19.804	-	19.804	14.125	-	14.125
Dividendos propostos	-	8.569	8.569	-	13.100	13.100
Total das outras variações que não afetam caixa	<u>19.804</u>	<u>8.569</u>	<u>28.373</u>	<u>14.125</u>	<u>13.100</u>	<u>27.225</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>117.566</u>	<u>7.106</u>	<u>124.672</u>	<u>111.309</u>	<u>105</u>	<u>111.413</u>

	Consolidado			Controladora		
	Empréstimos e financiamentos	Dividendos	Total	Empréstimos e financiamentos	Dividendos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	117.566	7.157	124.724	111.307	105	111.413
Variações dos fluxos de caixa de financiamentos						
Pagamento de empréstimos	(104.224)	-	(104.224)	(93.555)	-	(93.555)
Captação de empréstimos	135.097	-	135.097	121.244	-	121.244
Pagamento de dividendos	-	(10.764)	(10.764)	-	(10.318)	(10.318)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamentos	30.873	(10.764)	20.109	27.689	(10.318)	17.371
Variações dos fluxos de caixa operacional						
Pagamento de juros	(24.623)	-	(24.623)	(22.419)	-	(22.419)
Total das variações nos fluxos de caixa operacional	(24.623)	-	(24.623)	(22.419)	-	(22.419)
Outras variações que não afetam caixa						
Provisão de juros e encargos	27.138	-	27.138	25.310	-	25.310
Dividendos propostos	-	14.820	14.820	-	21.253	21.253
Reorganização societária - nota 2	-	-	-	739	-	739
Total das outras variações que não afetam caixa	27.138	14.820	41.958	26.049	21.253	47.302
Saldo em 31 de dezembro de 2018	150.954	11.213	162.167	142.627	11.041	153.667

22 Salários e encargos sociais

Veja política contábil nas notas explicativas 9 (d).

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Salários a pagar	1.383	1.096	1.511	1.287
Encargos sociais a recolher	1.079	869	1.206	1.022
Provisões de férias e 13.º salário	3.668	2.911	3.944	3.346
Outras obrigações	2	2	3	33
Provisão para bônus	3.116	1.359	3.116	1.371
	9.248	6.236	9.780	7.059

Movimentação da provisão para bônus

Consolidado

Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.549
Provisões do exercício	1.371
Pagamentos do exercício	(1.549)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.371
Provisões do exercício	3.116
Pagamentos do exercício	(1.371)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.116

23 Impostos e contribuições a recolher

Veja política contábil nas notas explicativas 9 (f).

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
Impostos retidos	1.266	213	1.304	266
PIS	-	-	9	8
COFINS	-	-	43	38
Parcelamento Lei 11.941/2009 (i)	265	263	265	263
Parcelamento federal ordinário (ii)	394	356	394	356
INSS Parcelamento (iii)	177	149	177	149
Parcelamento Lei 13.496/2017 (iv)	-	702	-	702
Outros impostos	38	43	162	131
	2.141	1.726	2.353	1.913
Não circulante				
Parcelamento Lei 11.941/2009 (i)	1.190	1.436	1.190	1.436
Parcelamento Federal Ordinário (ii)	-	330	-	330
INSS Parcelamento (iii)	-	145	-	145
	1.190	1.911	1.190	1.911
Total	3.331	3.637	3.543	3.824

- (i) A Companhia aderiu ao parcelamento da Lei 11.941/2009, consolidando saldos de tributos federais apurados no 4.º trimestre de 2007 e 3.º e 4.º trimestres de 2008. O saldo será liquidado em 180 meses, com vencimento final em Julho de 2024. O parcelamento, incluindo os encargos financeiros, está sendo liquidados normalmente.
- (ii) A Companhia aderiu ao parcelamento federal ordinário, consolidando saldos de tributos federais apurados no ano de 2014. O saldo será liquidado em 60 meses, com vencimento final em Novembro de 2019. O parcelamento, incluindo os encargos financeiros, está sendo liquidados normalmente.
- (iii) A Companhia aderiu ao parcelamento simplificado previdenciário, consolidando saldos de tributos devidos à previdência social apurados no ano de 2014. O saldo será liquidado em 60 meses, com vencimento final em Dezembro de 2019. O parcelamento, incluindo os encargos financeiros, está sendo liquidados normalmente.
- (iv) A Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, criado pela lei 13.496/2017, na modalidade estabelecida pelo art. 2º, inciso III, alínea a, cujo saldo foi liquidado integralmente em Janeiro de 2018, em parcela única.

24 Partes relacionadas

a) Controladora final

A Companhia é controlada por José Plínio Romanini, Wilson Fernando Romanini, Francisco Guilherme Romanini e Brasil Sustentabilidade FIP, cujas participações são de 24%, 23%, 23% e 29%, respectivamente.

b) Operação com pessoal chave da Administração

Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração da Companhia e de suas controladas totalizaram o montante de R\$ 3.516 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 3.629 em 31 de dezembro de 2017).

c) Outras transações com partes relacionadas

Os saldos de passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações de empréstimo entre os acionistas e a Companhia, saldo a pagar de juros sobre capital próprio, além de lucros já provisionados a distribuir.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Passivo circulante				
Juros sobre capital próprio a pagar	7.952	105	7.952	105
Dividendos a distribuir aos acionistas	3.087	-	3.261	7.052
	11.041	105	11.213	7.157
Empréstimos:				
José Plínio Romanini - nota explicativa nº 21 (i)	103	1.103	103	1.103
	11.144	1.209	11.317	8.261

(i) Refere-se a operação de empréstimo concedido pelo acionista sem vencimento e sem taxa de juros contratada.

25 Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Adiantamento de clientes	4.980	6.981	5.027	7.042
Venda com faturamento antecipado	1.399	984	1.399	1.274
	6.379	7.965	6.426	8.316

Os valores de adiantamentos recebidos de clientes se referem a recursos adiantados às controladas, por mera liberalidade destes, para o fornecimento de produtos acabados em períodos futuros, conforme a necessidade específica de cada cliente.

As controladas realizam operação de venda com faturamento antecipado com a emissão de documentos fiscais contemplando a quantidade total do pedido. As remessas efetivas dos produtos são feitas em momento futuro, de acordo com a programação estabelecida por cada cliente.

26 Provisões para contingências

Veja política contábil nas notas explicativas 9 (n).

A Administração da Companhia, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de

constituição de provisão para contingência. A Companhia provisionou os montantes abaixo da controladora e consolidado por entender ser suficiente para cobertura de riscos trabalhistas.

	Controladora	
	2018	2017
Processos trabalhistas	2.483	1.375
	2.483	1.375
	Consolidado	
	2018	2017
Processos trabalhistas	2.483	1.614
	2.483	1.614

A Companhia possui outras contingências envolvendo questões cíveis e trabalhistas, cuja materialização, na avaliação dos consultores jurídicos, é possível, mas não provável, em um total de R\$ 657 em 31 de dezembro 2018 (R\$ 1.664 em 31 de dezembro de 2017), para as quais a Administração da Companhia e suas controladas, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas.

27 Patrimônio líquido

Veja políticas contábeis nas notas explicativas 8 (k).

a. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018, é de R\$ 134.216, distribuído em 122.886.067 ações ordinárias (R\$ 98.622.089 em 2017, distribuído em 98.622.089 quotas), todas integralizadas em moeda corrente nacional e subscritas pelos acionistas de forma como segue:

	2017 Quotas	
	Quantidade	Percentual
Sócios		
Vittia Participações S.A.	98.622.088	99,99%
Wilson Fernando Romanini	1	0,01%
	98.622.089	100,00%
	2018 Ações	
	Quantidade	Percentual
Acionistas		
José Plínio Romanini	29.510.109	24,01%
Wilson Fernando Romanini	28.642.139	23,30%
Francisco Guilherme Romanini	28.642.179	23,31%
Brasil Sustentabilidade FIP	36.091.639	29,37%
Alexandre del Nero Frizzo	1	0,01%
	122.886.067	100,00%

b. Reservas de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou do saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados.

Lucros de lucros

A reserva de lucros foi constituída para registrar a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

c. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição do dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ao final do exercício social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

d. Juros sobre capital próprio

Conforme deliberação da assembleia em 31 de dezembro de 2018 foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas, e a imputação de tal valor ao dividendo mínimo previsto no artigo 38 do estatuto social da companhia. O cálculo dos juros sobre capital próprio foi efetuado conforme demonstrado abaixo, tendo como base as contas do patrimônio líquido de 2017:

	2018
Capital Social	98.622
Reserva de Lucros	26.253
Total do Patrimônio Líquido	<u>124.875</u>
Taxa de juros de longo prazo - TJLP	<u>7,03%</u>
Juros sobre capital próprio	8.777
IR Retido	(930)
Valor líquido	<u>7.847</u>

e. Lucro básico por ação

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações e na média ponderada de ações em circulação.

	Consolidado	
	2018	2017
Resultado atribuído aos detentores de ações	44.152	32.699
Média ponderada de ações em circulação	<u>122.886</u>	<u>98.622</u>
Resultado do exercício básico e diluído por ação	0,36	0,33

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e diluído por ação são equivalentes.

28 Receita operacional líquida

A Companhia adotou o IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contratos com Clientes em 1º de janeiro de 2018, o que resultou em mudanças nas políticas contábeis, sem impacto na receita reconhecida.

A Companhia utiliza a estrutura conceitual da norma para reconhecimento de receita, que se baseia no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho em contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista em contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho for satisfeita.

A receita é reconhecida quando não há obrigação de desempenho a ser cumprida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos é transferido para o cliente, ou seja, para as vendas Free on Board (FOB), a receita é reconhecida quando o cliente, por conta própria, veículos, realiza a coleta do produto nas unidades da Companhia; e, para vendas de custo, seguro e frete (CIF), a receita é reconhecida somente após os produtos serem entregues no local estabelecido pelo cliente, que tem a capacidade de determinar a maneira como serão usados e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, reembolsos e descontos.

A Companhia e suas subsidiárias geram receita principalmente com a venda dos seguintes produtos:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fertilizantes foliares	224.613	193.742	234.128	196.256
Produtos Industriais e Outros	92.664	92.315	84.907	85.320
Inoculantes	32.303	24.160	32.277	24.139
Condicionadores de solo e Organominerais	31.925	25.664	31.900	25.641
Micro de Solo	9.778	4.315	93.161	75.074
Defensivos Biológicos	2.382	1.245	19.049	5.265
Receita bruta:	393.665	341.440	495.422	411.695

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita bruta:	393.665	341.440	495.422	411.695
Menos:				
Impostos sobre vendas	(18.176)	(15.712)	(23.821)	(19.381)
Devoluções e abatimentos	(7.302)	(7.077)	(9.982)	(7.500)
Ajuste a valor presente - AVP	(8.249)	(8.282)	(9.330)	(8.667)
Receita contábil	359.938	310.369	452.289	376.147

As solicitações de devoluções e abatimentos são analisadas individualmente pela Companhia através de ferramenta específica de gestão de não conformidades – GNC, que possui alçadas eletrônicas de aprovação. Nesse sistema são imputados os motivos que justificam os pedidos, e após análise dos setores de produção, qualidade, logística, comercial e financeiro, a decisão é tomada no sentido de se prosseguir ou não com o processo. A companhia não possui nenhuma obrigação contratual de receber produtos em devolução. Os indicadores de performance do volume de devoluções e abatimentos são constantemente monitorados pela diretoria de negócios e pelo comitê financeiro.

29 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Matéria prima e insumos diretos	(193.220)	(164.443)	(230.703)	(203.580)
Despesas com pessoal	(40.700)	(35.627)	(48.333)	(37.409)
Gastos gerais de fabricação	(17.863)	(13.145)	(22.558)	(16.924)
Comissões sobre vendas	(16.761)	(18.358)	(19.189)	(19.553)
Outras receitas (despesas)	(15.671)	(20.180)	(20.948)	(16.441)
Fretes sobre vendas	(10.925)	(10.655)	(16.986)	(14.199)
Outras despesas com vendas	(9.796)	(5.400)	(10.761)	(10.089)
Serviços prestados por terceiros	(7.202)	(6.251)	(8.306)	(7.245)
Depreciação e amortização	(3.622)	(3.287)	(3.501)	(3.342)
Aluguéis	(2.449)	(2.343)	(3.150)	(2.988)
Provisão para perdas de crédito esperadas	591	6.945	690	6.945
	(317.618)	(272.745)	(383.746)	(325.825)
Classificado como:				
Custo das vendas	(244.338)	(207.229)	(297.269)	(253.670)
Despesas com vendas	(34.513)	(35.372)	(37.905)	(36.820)
Provisão para perdas de crédito esperadas	591	6.945	690	6.945
Despesas administrativas e gerais	(38.298)	(34.623)	(45.858)	(39.956)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(1.060)	(2.467)	(3.403)	(2.324)
	(317.618)	(272.745)	(383.746)	(325.825)

30 Resultado financeiro e cambial líquido

Ver política contábil na nota explicativa 8 (e).

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras				
Juros ativos	9.029	11.480	9.824	11.822
Descontos obtidos	103	249	213	299
Rendimentos aplicações financeiras	559	388	710	645
	9.691	12.117	10.748	12.766
Despesas financeiras				
Juros passivos	(9.213)	(13.143)	(9.982)	(15.214)
Descontos concedidos	(1.229)	(1.185)	(1.314)	(1.071)
IOF	(21)	(421)	(36)	(1.226)
Variação cambial líquida (i)	(13.831)	(1.095)	(14.808)	(676)
Outras despesas financeiras	(1.047)	(60)	(1.073)	(75)
	(25.341)	(15.903)	(27.213)	(18.263)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos				
Ganhos (perdas) com derivativos (ii)	10.123	837	10.352	837
	10.123	837	10.352	837
Resultado financeiro líquido	(5.527)	(2.950)	(6.113)	(4.660)

- (i) Os empréstimos contratados na modalidade 4131 geraram em 2018, variação cambial passiva no valor de R\$ 13.007 no consolidado e R\$ 12.733 na controladora. Em 2017 o total foi de R\$ 1.233 no consolidado. Vide note 31.
- (ii) O valor de ganho ou perda com derivativos refere-se ao resultado dos swaps contratados como hedge das operações 4131. Vide nota 31.

31 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A Companhia adotou inicialmente o CPC 48 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma análise do sobre a divulgação dos instrumentos financeiros e seus respectivos níveis estão descritos na nota explicativa 9b.

Controladora	Valor contábil				Valor justo			
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2018								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	2.792	-	-	2.792	-	2.792	-	2.792
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	17.286	17.286	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	-	191.843	191.843	-	-	-	-
	-	-	209.129	209.129	-	-	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	1.868	-	-	1.868	-	1.868	-	1.868
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	142.626	142.626	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	48.482	48.482	-	-	-	-
	-	-	191.108	191.108	-	-	-	-

Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018

Controladora	Valor contábil				Valor justo			
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2017								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	1.042	-	-	1.042	-	1.042	-	1.042
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	14.890	14.890	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	-	153.147	153.147	-	-	-	-
	-	-	168.037	168.037	-	-	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	1.075	-	-	1.075	-	1.075	-	1.075
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	111.307	111.307	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	41.024	41.024	-	-	-	-
	-	-	152.331	152.331	-	-	-	-

Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018

Consolidado	Valor contábil				Valor justo			
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2018								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	2.845	-	-	2.845	-	2.845	-	2.845
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	18.415	18.415	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	-	205.542	205.542	-	-	-	-
	-	-	223.957	223.957	-	-	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	3.056	-	-	3.056	-	3.056	-	3.056
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	150.954	150.954	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	47.933	47.933	-	-	-	-
	-	-	198.888	198.888	-	-	-	-

Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018

Consolidado	Valor contábil				Valor justo			
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2017								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	1.042	-	-	1.042	-	1.042	-	1.042
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	19.291	19.291	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	-	165.325	165.325	-	-	-	-
	-	-	184.616	184.616	-	-	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	1.075	-	-	1.075	-	1.075	-	1.075
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	117.566	117.566	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	47.632	47.632	-	-	-	-
	-	-	165.198	165.198	-	-	-	-

b. Mensuração do valor justo

O valor justo de contas a receber de clientes e outros recebíveis, é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados nas datas bases de apresentação que se equiparam aos valores contábeis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2018.

c. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia e suas controladas possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e,
- Risco de mercado.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas, e os gestores de cada área se reportam regularmente sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e de suas controladas. A Companhia e suas controladas, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Companhia e as suas controladas possuem como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, possuindo essa prática como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia e suas controladas incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber e outros recebíveis

A gestão de risco de crédito da Companhia é determinada pela política de crédito e pela política financeira e seus respectivos comitês.

A política de crédito determina quais os documentos e procedimentos o Comitê de Crédito deve seguir para determinar se o cliente que está sendo analisado tem, ou não, capacidade financeira de cumprir com as obrigações que querem contratar. Essa análise preliminar já evita futuros riscos com relação aos nossos recebíveis.

A política financeira determina as regras que o Comitê Financeiro seguirá com relação a gestão financeira da Companhia. Essa gestão tem por objetivo, além de outros, analisar e encontrar eventuais descasamentos que podem causar riscos à saúde financeira da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas têm como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de financiamentos junto a cada uma das instituições. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, as quais são consideradas de primeira linha.

Garantias

A Companhia e as suas controladas mantêm a totalidade de sua carteira de clientes (duplicatas) em garantia às operações de Capital de Giro, a uma razão entre 50% e 70% do saldo devedor. Também apresenta bens e equipamentos em garantia aos financiamentos para sua aquisição (FINAME/BNDES).

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	11	1.147	1.022	1.906	19.291
Contas a receber de clientes	12	<u>191.843</u>	<u>153.147</u>	<u>205.542</u>	<u>165.325</u>
		<u>192.990</u>	<u>154.169</u>	<u>207.448</u>	<u>184.616</u>

Perdas por redução no valor recuperável

As despesas (receita) com constituição (reversão) da provisão para perdas de crédito esperadas foram registradas na rubrica “Provisão para perdas de crédito esperadas”, na demonstração do resultado do exercício. A análise das contas a receber de clientes, por vencimento, é assim apresentada:

Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018

	2018	2017
A Vencer	198.874	163.642
Vencidas:		
Até 30 dias	2.419	1.745
De 31 a 60 dias	996	647
De 61 a 90 dias	75	658
De 91 a 180 dias	4.202	1.766
Mais de 180 dias	13.025	9.709
	20.717	14.525
	219.591	178.167

Abaixo o percentual de perdas esperadas por idade de vencimento:

	2018	2017
A Vencer	0,70%	-
Vencidas:		
Até 30 dias	-	8,52%
De 31 a 60 dias	-	0,90%
De 61 a 90 dias	-	28,42%
De 91 a 180 dias	4,92%	20,26%
Mais de 180 dias	25,51%	50,56%

A composição do valor de perdas esperadas por idade de vencimento é apresentada a seguir:

	2018	2017
A Vencer	1.388	-
Vencidas:		
Até 30 dias	-	149
De 31 a 60 dias	-	6
De 61 a 90 dias	-	186
De 91 a 180 dias	207	358
Mais de 180 dias	3.323	4.909
	4.918	5.608
	4.918	5.608

A Companhia possui estrutura de cobrança interna, tanto administrativa quanto judicial para os clientes inadimplentes. A provisão para devedores duvidosos foi calculada de acordo com a expectativa de perda, considerando-se os títulos enviados para cobrança judicial e que não possuem garantias cedidas à Companhia.

O saldo de contas a receber vencido há mais de 180 dias, líquido da provisão para perdas de crédito esperadas, é de R\$ 8.107, para o qual não são esperadas perdas significativas conforme análise do departamento jurídico.

Movimentação da PCLD

Controladora

Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.279
Provisões do exercício	1.903
Baixas do exercício	(2.494)
Adição por evento societário	179
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.867

Consolidado

Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.608
Provisões do exercício	1.954
Baixas do exercício	(2.644)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.918

Baseado no monitoramento do risco de crédito de clientes, a Companhia e suas controladas acreditam que, conforme indicado acima, a provisão para perdas de créditos esperadas foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração em face de eventuais perdas.

(iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e de suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiros ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia e suas controladas utilizam de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia e suas controladas têm como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de *commodities*.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e de suas controladas, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Exposição ao risco de liquidez

Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados abaixo:

Controladora	2018				
	Valor Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	1-3 anos	Mais de 3 anos
Passivos					
Fornecedores	33.002	33.002	33.002	-	-
Empréstimos e financiamentos	142.626	161.261	106.190	53.248	1.822
Outras contas a pagar	15.480	15.480	15.480	-	-
Total passivo	191.108	209.743	154.672	53.248	1.822
	2017				
	Valor Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	1-3 anos	Mais de 3 anos
Passivos					
Fornecedores	27.848	27.848	27.848	-	-
Empréstimos e financiamentos	111.307	130.826	86.149	43.199	1.478
Outras contas a pagar	13.176	13.176	13.176	-	-
Total passivo	152.331	171.849	127.172	43.199	1.478
	2018				
Consolidado	Valor Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	1-3 anos	Mais de 3 anos
Passivos					
Fornecedores	31.610	31.610	31.610	-	-
Empréstimos e financiamentos	150.954	171.179	112.721	56.523	1.934
Outras contas a pagar	16.324	16.324	16.324	-	-
Total passivo	198.888	219.112	160.654	56.523	1.934
	2017				
	Valor Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	1-3 anos	Mais de 3 anos
Passivos					
Fornecedores	33.018	33.018	33.018	-	-
Empréstimos e financiamentos	117.567	137.886	79.818	36.499	1.249
Outras contas a pagar	14.614	14.614	14.614	-	-
Total passivo	165.199	185.518	127.450	36.499	1.249

(iv) **Risco de mercado**

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado relativos às *commodities*, tanto para o mercado interno quanto para o externo, acrescidos da variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços das matérias-primas utilizadas no processo produtivo e dos demais insumos utilizados no processo.

A Administração acompanha o mercado e as suas oscilações de forma permanente, em que há consideráveis reflexos nos preços em razão da produção mundial de *commodities*. Visando a minimizar este risco, a Companhia e as suas controladas procuram se antecipar aos movimentos de mercado, utilizando como principal mecanismo as proteções de preços de *commodities*.

Risco cambial

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e por suas controladas preponderantemente decorrente de suas importações e da contratação de instrumentos financeiros.

A Administração gerencia, analisa e acompanha as suas exposições para a tomada de decisão da contratação de instrumentos de proteção das respectivas exposições em moeda estrangeira. Os instrumentos de proteção utilizados para gerenciar as exposições são estabelecidos pela Administração, de forma que esses instrumentos não sejam de caráter especulativo ou possam eventualmente gerar qualquer risco adicional.

Para a proteção dos riscos de variações cambiais são utilizadas operações de derivativos, substancialmente “swap” cambial e NDF (“non deliverable forward”). Os NDFs geralmente são utilizados para gerenciar a exposição cambial de balanço, ou seja, o descasamento entre ativos e passivos operacionais (contas a receber e contas a pagar) denominados em dólar. Já os “swaps” são usualmente contratados dentro de uma operação conhecida no mercado como “4131 swapada”. Nessas operações a Companhia contrata uma dívida em moeda estrangeira (dólar ou euro) junto à uma instituição financeira e ao mesmo tempo contrata um swap para troca dessa obrigação em moeda estrangeira (ponta ativa para a Companhia) para encargos com base na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, acrescido de um spread (ponta passiva para a Companhia). Essas operações são tomadas junto a mesma contraparte e tem casamento de valores e datas de vencimento. Os “swaps” são classificados como derivativos de valor justo e seu resultado contabilizado como ganhos (perdas) com derivativos e as dívidas em moeda estrangeira são classificadas como empréstimos e financiamentos e o resultado da variação cambial e do juros classificado como despesa financeira.

Os saldos de ativos e passivos expostos à moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2018 e 2017 compreendem operações em dólares norte-americanos e Euro, e estão assim apresentados:

	<u>Em dólares</u>	
	2018	2017
Ativo	4.509	4.311
Passivo	<u>(19.122)</u>	<u>(29.410)</u>
Exposição bruta do balanço patrimonial	<u>(14.613)</u>	<u>(25.100)</u>
<i>Notional</i> de derivativos cambiais	<u>13.836</u>	<u>24.254</u>
Exposição líquida	<u>(777)</u>	<u>(845)</u>
	<u>Em euros</u>	
	2018	2017
Ativo	-	-
Passivo	<u>(2.688)</u>	-
Exposição bruta do balanço patrimonial	<u>(2.688)</u>	-
<i>Notional</i> de derivativos cambiais	<u>2.085</u>	-
Exposição líquida	<u>(603)</u>	-

Análise de sensibilidade de câmbio

A Companhia adota três cenários para a análise de sensibilidade, sendo um provável, apresentado, abaixo, e quatro que possam apresentar efeitos de deterioração no valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia.

O cenário Provável foi definido internamente pela Companhia e representa a expectativa com relação à variação deste indicador para os próximos 12 meses. Os cenários Possível e Remoto foram preparados com o agravamento do risco em -25%, -50%, 25% e 50%, respectivamente.

A metodologia utilizada foi o recálculo do valor presente das transações em dólares norte-americanos e euros, com estresse de cada cenário sobre a taxa de mercado do dia 31 de dezembro de 2018, subtraído do valor já reconhecido e apurando-se o valor do resultado no qual a Companhia seria afetado de acordo com cada cenário. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes.

	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
Risco de câmbio	5%	25%	50%
Cenários e níveis de preço	4,0685	4,8435	5,8122
	BRL/USD	BRL/USD	BRL/USD
Ativo	874	4.368	8.736
Passivo	(3.704)	(18.524)	(37.047)
<i>Notional</i> de derivativos cambiais	2.680	13.403	26.807
Exposição líquida	(150)	(752)	(1.505)

	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
Risco de câmbio	5%	25%	50%
Cenários e níveis de preço	4,6610	5,5488	6,6585
	BRL/EUR	BRL/EUR	BRL/EUR
Ativo	-	-	-
Passivo	(597)	(2.983)	(5.967)
<i>Notional</i> de derivativos cambiais	463	2.314	4.628
Exposição líquida	(134)	(669)	(1.339)

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas incorrerem em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Visando à mitigação desse risco, a Companhia e as suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em longo prazo, com taxas prefixadas ou pós-fixadas lastreadas em CDI, de forma que quaisquer resultados, oriundos da volatilidade desses indexadores, não incorram em nenhum impacto significativo.

Exposição ao risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por

juros da Companhia e de suas controladas eram:

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2018	2017	2018	2017
Instrumentos de taxa fixa					
Empréstimos e financiamentos	21	<u>(103)</u>	<u>(1.103)</u>	<u>(103)</u>	<u>(1.177)</u>
Exposição de taxa fixa		<u>(103)</u>	<u>(1.103)</u>	<u>(103)</u>	<u>(1.177)</u>
Instrumentos de taxa variável					
Caixa e equivalentes de caixa	11	16.139	13.868	16.510	17.801
Empréstimos e financiamentos	21	<u>(142.523)</u>	<u>(110.237)</u>	<u>(150.851)</u>	<u>(116.389)</u>
Exposição de taxa variável		<u>(126.384)</u>	<u>(96.369)</u>	<u>(134.341)</u>	<u>(98.588)</u>
Exposição total a taxa de juros		<u>(126.488)</u>	<u>(97.472)</u>	<u>(134.445)</u>	<u>(99.766)</u>

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos financiamentos e dos ativos, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teria aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O Cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O Cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas e o Cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Separamos os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir:

		Controladora										
		Cenários										
	Exposição 31/12/2018	Risco	Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros - Aplicações	16.139	Aumento CDI	6,40	1.033	8,00	1.291	9,60	1.549	4,80	775	3,20	516
Total dos ativos financeiros	16.139			1.033		1.291		1.549		775		516
Passivos financeiros – Finame	(3.453)	Aumento TJLP	6,98	(241)	8,73	(301)	10,47	(361)	5,24	(181)	3,49	(120)
Passivos financeiros - Capital de Giro	(139.071)	Aumento CDI	6,40	(8.901)	8,00	(11.126)	9,60	(13.351)	4,80	(6.675)	3,20	(4.450)
Passivos financeiros – Finimp												
Total dos passivos financeiros	(142.524)			(9.142)		(11.427)		(13.712)		(6.856)		(4.570)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				(8.109)		(2.027)		(4.054)		2.027		4.054

Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018

		Cenários										
	Exposição 31/12/2017	Risco	Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
			Ativos financeiros - Aplicações	13.868	Aumento CDI	9,93	1.377	8,00	1.721	9,60	2.066	4,80
Total dos ativos financeiros	13.868			1.377		1.721		2.066		775		516
Passivos financeiros – Finame	(3.994)	Aumento TJLP	7,00	(280)	8,73	(349)	10,47	(419)	5,24	(210)	3,49	(140)
Passivos financeiros - Capital de Giro	(106.210)	Aumento CDI	9,93	(10.547)	8,00	(13.183)	9,60	(15.820)	4,80	(7.910)	3,20	(5.273)
Total dos passivos financeiros	(110.204)			(10.827)		(13.532)		(16.239)		(8.120)		(5.413)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				(9.449)		(2.362)		(4.725)		2.362		4.725

		Consolidado										
		Cenários										
	Exposição 31/12/2018	Risco	Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
			Ativos financeiros - Aplicações	16.510	Aumento CDI	6,40	1.057	8,00	1.321	9,60	1.585	4,80
Total dos ativos financeiros	16.510			1.057		1.321		1.585		792		528
Passivos financeiros - Finame	(3.453)	Aumento TJLP	6,98	(250)	8,73	(301)	10,47	(361)	5,24	(181)	3,49	(120)
Passivos financeiros - Capital de Giro	(147.399)	Aumento CDI	6,40	(9.433)	8,00	(11.792)	9,60	(14.150)	4,80	(7.075)	3,20	(4.717)
Total dos passivos financeiros	(150.851)			(9.674)		(12.093)		(14.512)		(7.256)		(4.837)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				(8.618)		(2.154)		(4.309)		2.154		4.309

Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.
 Demonstrações financeiras em
 31 de dezembro de 2018

	Exposição 31/12/2017	Risco	Cenários									
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros - Aplicações	17.801	Aumento CDI	9,93	1.768	8,74	2.210	10,49	2.641	5,24	1.326	3,50	884
Total dos ativos financeiros	17.801			1.768		2.210		2.652		1.326		884
Passivos financeiros - Finame	(5.330)	Aumento TJLP	7,00	(373)	8,75	(466)	10,50	(560)	5,25	(280)	3,50	(187)
Passivos financeiros - Capital de Giro	(111.060)	Aumento CDI	9,93	(11.028)	8,74	(13.785)	10,49	(16.542)	5,24	(8.271)	3,50	(5.514)
Total dos passivos financeiros	(116.389)			(11.401)		(14.252)		(17.102)		(8.551)		(5.701)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				(9.634)		(2.408)		(4.817)		2.408		4.817

Fonte: As informações do CDI foram extraídas da base da Cetip e a TJLP retirado da Receita Federal, todas essas com a data-base do último dia útil de cada exercício.

Contrato de pagamentos líquidos ou similares

O Grupo contrata operações de derivativos com base em contratos padrão da Associação Internacional de Swaps e Derivativos (AISD) que prevêem pagamentos líquidos. Em geral, com base nesses contratos, os direitos e obrigações de cada contraparte em um mesmo dia em relação a todas as transações em aberto e na mesma moeda, são agregados em um único montante líquido que é pago por uma parte para a outra. Em certas circunstâncias, por exemplo, quando um evento de crédito tal como inadimplência ocorre, todas as transações em aberto sob esse contrato são encerradas, o valor da liquidação é apurado e um único montante líquido é pago para liquidação de todas as transações.

Tais contratos da AISD não atendem aos critérios para compensação de saldos no balanço patrimonial. Isso porque atualmente o Grupo não possui nenhum direito legal atualmente executável para compensar os montantes reconhecidos, porque o direito de compensação só pode ser exercido na ocorrência futura de determinados eventos, tais como a inadimplência de empréstimos bancários ou outros eventos de crédito. A tabela abaixo indica os valores contábeis dos instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos aos contratos mencionados acima.

- **Instrumentos derivativos cambiais:** A exposição cambial da Companhia refere-se às operações da controladora e das controladas. Os valores abaixo compõem o saldo de *Notional* apresentado acima:

Modalidade	Contraparte	Em dólares 2018	Em dólares 2017
SWAP Cambial	Banco ABC do Brasil S.A.	-	312
SWAP Cambial	Banco do Brasil S.A.	1.240	4.635
SWAP Cambial	Banco Citibank S.A.	3.000	6.000
SWAP Cambial	Banco Itaú Unibanco S.A.	7.112	6.803
SWAP Cambial	Banco Santander S.A.	-	1.524
SWAP Cambial	Banco Bradesco S.A.	475	4.980
SWAP Cambial	Banco Votorantim S.A.	2.010	-
		13.836	24.254

Modalidade	Contraparte	Em euros 2018	Em euros 2017
SWAP Cambial	Banco do Brasil S.A.	2.085	-
		2.085	-

Os instrumentos financeiros derivativos são mantidos para negociação e são classificados na rubrica “Instrumentos financeiros derivativos”, no ativo e passivo circulante.

Operações em aberto

	Controladora	
	2018	2017
Ativo circulante		
Swap cambial	2.792	1.042
	2.792	1.042

Passivo circulante		
Swap cambial	1.868	1.075
	<u>1.868</u>	<u>1.075</u>
	Consolidado	
	2018	2017
Ativo circulante		
Swap cambial	2.845	1.042
	<u>2.845</u>	<u>1.042</u>
Passivo circulante		
Swap cambial	3.056	1.075
	<u>3.056</u>	<u>1.075</u>

32 Gerenciamento de capital

A gestão de capital da Companhia e de suas controladas é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores. Também há foco no incremento do valor do negócio a longo prazo tanto para os acionistas, como para empregados e clientes, com objetivo de manter a sustentabilidade dos resultados através de crescimento constante.

A Companhia busca gerir seus recursos a fim de assegurar adequada remuneração de seu capital e equilíbrio financeiro. Para tal é realizado o planejamento e análise dos investimentos, despesas, receitas, resultados, dívidas, entre outras variáveis.

A dívida da Companhia e de suas controladas para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2018	2017	2018	2017
Gestão de capital				
Total do passivo	229.229	174.269	239.553	196.530
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(17.286)</u>	<u>(14.890)</u>	<u>(18.415)</u>	<u>(19.291)</u>
(=) Dívida líquida ajustada	<u>211.943</u>	<u>159.378</u>	<u>221.138</u>	<u>177.239</u>
Total do patrimônio líquido (b)	<u>169.090</u>	<u>121.955</u>	<u>170.372</u>	<u>137.203</u>
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (a/b)	1,25	1,31	1,30	1,29

33 Informações por segmento

A Companhia e suas controladas operaram os seguintes segmentos reportáveis durante este ano (i) Fertilizantes Folíares e Produtos Industriais; (ii) Micros de solo; (iii) Produtos Biológicos e (iv) Condicionadores de Solo e Organominerais. Os segmentos estão alinhados com os produtos e refletem a estrutura utilizada pela Administração para avaliar o desempenho da Companhia, sendo os resultados operacionais e financeiros revistos regularmente pelo Conselho de

Administração, sobre o qual este conduz a sua tomada de decisões. A administração determinou que o Conselho de Administração é o CODM. O CODM recebe e revisa informações sobre os resultados operacionais e financeiros dos negócios e toma decisões estratégicas sobre a adoção de estratégias de tecnologia e marketing para diferentes produtos e serviços de forma centralizada.

Nenhum cliente individualmente ou de forma agregada foi responsável por mais que 10% das receitas líquidas da Companhia.

Os ativos e passivos, as despesas gerais e administrativas, as outras receitas (despesas), líquidas, o resultado financeiro e o imposto de renda e a contribuição social são analisados de forma conjunta e, por isso, não estão sendo apresentados por segmentos de negócio.

Os resultados por segmento são demonstrados a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2018				
	Fertilizantes foliares e Produtos Industriais	Micros de solo	Produtos Biológicos	Condicionadores de Solo e Organominerais	Total
Receita líquida	290.506	86.646	46.101	29.036	452.289
Custo dos produtos vendidos	(193.214)	(74.188)	(10.324)	(19.543)	(297.269)
Resultado segmentado	97.292	12.458	35.777	9.493	155.020
Despesas com vendas	-	-	-	-	(37.905)
Provisão para perdas de crédito esperadas	-	-	-	-	690
Despesas administrativas e gerais	-	-	-	-	(45.858)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-	-	-	-	(3.403)
Financeiras líquidas	-	-	-	-	(6.113)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	(18.279)
Lucro líquido	-	-	-	-	44.152

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2017				
	Fertilizantes foliares e Produtos Industriais	Micros de solo	Produtos Biológicos	Condicionadores de Solo e Organominerais	Total
Receita líquida	255.034	70.300	27.173	23.640	376.147
Custo dos produtos vendidos	(172.111)	(61.630)	(5.280)	(14.649)	(253.670)
Resultado segmentado	82.293	8.670	21.893	8.991	122.477
Despesas com vendas	-	-	-	-	(36.820)
Provisão para perdas de crédito esperadas	-	-	-	-	6.945
Despesas administrativas e gerais	-	-	-	-	(39.956)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-	-	-	-	(2.324)
Financeiras líquidas	-	-	-	-	(4.660)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	(12.963)
Lucro líquido	-	-	-	-	32.699

A receita líquida de cada segmento, por área geográfica, é demonstrada a seguir:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

	Fertilizantes foliares e Produtos Industriais	Micros de solo	Produtos Biológicos	Condicionadores de Solo e Organominerais	Total
São Paulo	115.849	11.552	4.989	5.588	137.978
Mato Grosso	44.748	23.517	11.175	-	79.440
Minas Gerais	26.373	3.737	4.051	16.010	50.170
Bahia	15.099	29.124	1.685	1.279	47.187
Goiás	32.984	4.587	7.509	196	45.276
Paraná	17.334	867	4.772	55	23.027
Rio Grande do Sul	7.958	4.021	1.950	37	13.966
Mato Grosso do Sul	6.538	1.947	2.043	26	10.555
Espírito Santo	1.818	222	552	5.389	7.982
Pará	5.199	162	2.499	-	7.860
Exterior	3.523	1.967	481	-	5.971
Outros estados	13.083	4.943	4.395	456	22.877
	290.506	86.646	46.101	29.036	452.289

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

	Fertilizantes foliares e Produtos Industriais	Micros de solo	Produtos Biológicos	Condicionadores de Solo e Organominerais	Total
São Paulo	115.068	16.300	2.589	5.467	139.422
Mato Grosso	35.064	12.144	6.299	28	53.536
Minas Gerais	22.643	3.715	2.529	11.292	40.180
Goiás	26.314	5.465	5.299	84	37.162
Bahia	10.613	19.334	1.104	1.594	32.645
Paraná	12.514	1.365	2.483	55	16.417
Rio Grande do Sul	6.136	2.772	624	18	9.550
Espírito Santo	2.024	522	198	4.648	7.392
Mato Grosso do Sul	4.665	1.002	1.400	14	7.082
Exterior	4.488	1.201	623	-	6.310
Pará	4.431	165	675	-	5.270
Outros estados	11.074	6.315	3.350	440	21.180
	255.034	70.300	27.173	23.640	376.147

O total de ativo imobilizado por segmento é demonstrado abaixo:

	2018	2017
Fertilizantes foliares e produtos industriais	48.314	43.511
Micros de Solo	7.513	6.472
Produtos biológicos	7.044	4.047
Condicionadores de solo e Organominerais	6.007	1.490
	68.348	55.520
Ativos não segmentados	530	396
	68.878	55.916

34 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm contratos de seguros com coberturas consideradas pela Administração suficientes para cobrir os riscos inerentes de suas atividades, considerando a natureza e o grau de risco. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas apresentam as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura em reais	Vigência
Empresarial	65.500	dez/18 a dez/19
Responsabilidade civil geral	15.000	dez/18 a dez/19
Responsabilidade civil D&O	10.000	jul/18 a jul/19
Aeronáutico – Responsabilidade do explorador ou transporte aéreo – RETA	1.119	set/18 a set/19
Transporte nacional	750	jul/17 a jul/19
Frota	100% Tabela FIP	set/18 a set/19

Modalidade	Cobertura em dólares	Vigência
Aeronáutico (casco)	2.200	set/18 a set/19

35 Eventos subsequentes

a. Aquisição de subsidiária – Vitória Fertilizantes S.A.

Em 06 de agosto de 2020 a Companhia celebrou contrato de compra de 75% da participação acionária da Vitória Fertilizantes S.A., companhia mineira de fertilizantes organominerais a base de resíduos orgânicos localizada na cidade de Patos de Minas-MG. A aquisição é parte da estratégia de crescimento do Grupo.

(i) Composição do preço pago

O preço de aquisição está demonstrado a seguir:

Composição do Preço Pago	R\$
Preço de Aquisição	10.514

(ii) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição.

Em milhares de Reais	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	426
Contas a receber (*)	13.357
Estoques	8.337
Adiantamento a fornecedores	199
Impostos a recuperar	826
Outros créditos	180
Investimentos	234
Direito de uso	3.552
Imobilizado	9.475
Intangível (**)	7.023

Fornecedores e outras contas a pagar	(4.237)
Passivo de arrendamento	(3.552)
Empréstimos e financiamentos	(16.461)
Obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias	(186)
Adiantamentos de clients	<u>(5.529)</u>
Ativos identificáveis e passivos, líquido	13.644

(*) O valor bruto da conta a receber é de R\$ 14.562.

(**) O valor de R\$ 7.023 refere-se ao valor justo da carteira de clientes e marcas e patentes, conforme laudo técnico de avaliação a valor justo desses ativos, emitido por ocasião da aquisição da Vitória Fertilizantes S.A. A vida útil estimada de marcas e patentes é 10 anos e da carteira de clientes 5 anos. A amortização é reconhecida nas despesas administrativas e gerais.

Mensuração de valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos

Técnica de avaliação

Valor de reposição: É o investimento necessário à aquisição de novos bens, idênticos ou com características e capacidades semelhantes aos bens existentes (objetos da avaliação), indicando-se quanto valeriam caso fossem executados novamente, mantendo sua concepção original.

Valor de mercado: voluntariamente e conscientemente um bem, numa data de referência, dentro das condições do mercado vigente. Esse valor leva em consideração o tempo normal de absorção do ativo pelo mercado, sendo caracterizado pelas premissas e informações coletadas, além de Normas Técnicas específicas e vistorias “*in loco*” do ativo. O valor a ser apresentado não representa o valor efetivo de negociação, devendo ser assumido como valor de mercado referencial. O valor efetivo de negociação é estabelecido caso a caso em um mercado livre de compra e venda.

Vida útil remanescente: É o período de tempo esperado em que um bem prestará seu serviço designado de maneira satisfatória, tanto de forma econômica como funcional.

Depreciação física: Parcela da depreciação devida ao desgaste de componentes em consequência de sua utilização, desde o momento em que o bem esteve pronto para entrar em operação até a data da avaliação.

Market Approach: ativos similares na data de avaliação. Conforme definido pelo CPC 46 e IFRS 13, este método utiliza preços e outras informações relevantes geradas por transações de mercado envolvendo ativos, passivos ou grupo de ativos e passivos – como, por exemplo, um negócio – idêntico ou comparável (ou seja, similar).

Estoques

Fluxo de caixa descontado: Essa metodologia tem como fundamento a estimativa, a valor presente, dos fluxos de caixa futuros gerados por um ativo ou do fluxo de

Contas a receber

	pagamentos de um passivo.
Direito de uso	Fluxo de caixa descontado: Essa metodologia tem como fundamento a estimativa, a valor presente, dos fluxos de caixa futuros gerados por um ativo ou do fluxo de pagamentos de um passivo.
Empréstimos e financiamentos	Fluxo de caixa descontado: Essa metodologia tem como fundamento a estimativa, a valor presente, dos fluxos de caixa futuros gerados por um ativo ou do fluxo de pagamentos de um passivo.
Fornecedores	Fluxo de caixa descontado: Essa metodologia tem como fundamento a estimativa, a valor presente, dos fluxos de caixa futuros gerados por um ativo ou do fluxo de pagamentos de um passivo.
Adiantamento de clientes	Fluxo de caixa descontado: Essa metodologia tem como fundamento a estimativa, a valor presente, dos fluxos de caixa futuros gerados por um ativo ou do fluxo de pagamentos de um passivo.
Passivo de arrendamento	Fluxo de caixa descontado: Essa metodologia tem como fundamento a estimativa, a valor presente, dos fluxos de caixa futuros gerados por um ativo ou do fluxo de pagamentos de um passivo.

Se novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data da aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revista.

(iii) Ágio

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

<i>Em milhares de reais</i>	R\$
Preço de aquisição de controlada	10.514
Participação dos acionistas não controladores, baseado na participação proporcional nos ativos e passivos reconhecidos da adquirida	3.411
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	(13.644)
Ágio	<u>281</u>

(iv) Custos de aquisição

A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 262 referentes a honorários advocatícios e custos de due diligence. Os valores foram registrados como “Despesas administrativas e gerais” na demonstração de resultado.

b. Incorporação de ações da subsidiária Biovalens S.A.

Em 30 de outubro de 2020 foi realizada a transformação do tipo jurídico da subsidiária Biovalens de sociedade limitada para sociedade por ações e também foi realizada a incorporação da totalidade das suas ações pela Companhia, com a preservação da personalidade jurídica da subsidiária, de modo que essa se torne subsidiária integral da Companhia, na forma do artigo 252 da Lei das Sociedades por Ações.

Após a Incorporação de Ações, o capital social da Companhia passará a ser representado por 128.443.072 (cento e vinte e oito milhões, quatrocentas e quarenta e três mil e setenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas entre os acionistas:

Acionistas	31 de outubro de 2020	
	Ações	
	Quantidade	Percentual
WFR Participações Ltda.	43.397.193	33,78%
FGR Participações Ltda.	43.397.234	33,79%
Brasil Sustentabilidade FIP	36.091.639	28,10%
Henrique Monteiro Ferro	2.345.370	1,83%
Edgar Zanotto	2.345.370	1,83%
Alexandre del Nero Frizzo	866.266	0,67%
	128.443.072	100,00%